



Demonstrações contábeis intermediárias em
31 de março de 2015

Gerência de Contabilidade

Conteúdo

1 - Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis intermediárias.....	- 3 -
2- Demonstrações Contábeis	- 5 -
2.1 - Balanços patrimoniais.....	- 5 -
2.2 - Demonstrações de resultados	- 6 -
2.3 - Demonstrações do resultado abrangente	- 7 -
2.4 - Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	- 8 -
2.5 - Demonstrações dos fluxos de caixa	- 9 -
2.6 - Demonstrações do valor adicionado	- 10 -
3 - Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias...	- 11 -
3.1 - Contexto operacional.....	- 11 -
3.2 - Apresentação das demonstrações contábeis intermediárias	- 13 -
3.3 - Resumo das principais políticas contábeis.....	- 13 -
3.4 - Estimativas e julgamentos contábeis críticos	- 20 -
3.5 - Caixa e equivalentes de caixa	- 21 -
3.6 - Contas a receber	- 22 -
3.7 - Partes relacionadas.....	- 22 -
3.8 - Estoques.....	- 26 -
3.9 - Tributos a recuperar	- 26 -
3.10 - Despesas pagas antecipadas.....	- 26 -
3.11 - Demais contas a receber.....	- 28 -
3.12 - Depósitos judiciais e provisão para contingências.....	- 29 -
3.13 - Imobilizado.....	- 32 -
3.14 - Intangível	- 34 -
3.15 - Fornecedores	- 36 -
3.16 - Obrigações fiscais.....	- 36 -
3.17 - Obrigações sociais e trabalhistas	- 36 -
3.18 - Arrendamentos e concessões a pagar	- 37 -
3.19 - Provisões Operacionais.....	- 38 -
3.20 - Demais Contas a pagar	- 38 -
3.21 - Adiantamentos para futuro aumento de capital - AFAC.....	- 38 -
3.22 - Receitas diferidas.....	- 39 -
3.23 - Patrimônio líquido	- 39 -
3.24 - Receita dos serviços prestados	- 40 -
3.25 - Custos dos serviços prestados	- 41 -
3.26 - Receitas (despesas) operacionais	- 41 -
3.27 - Resultado financeiro	- 42 -
3.28 - Imposto de renda e contribuição social.....	- 42 -
3.29 - Informação por segmento de negócios	- 44 -
3.30 - Previdência privada.....	- 44 -
3.31 - Gestão de riscos financeiros	- 45 -
3.32 - Compromissos	- 48 -
4 - Administração - Conselheiros e Diretores	- 49 -



KPMG Auditores Independentes
Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários
30130-140 - Belo Horizonte, MG - Brasil
Caixa Postal 3310
30130-970 - Belo Horizonte, MG - Brasil

Central Tel 55 (31) 2128-5700
Fax 55 (31) 2128-5702
Internet www.kpmg.com.br

1 - RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - ITR

Aos Administradores e Acionistas da
Ferrovia Centro Atlântica S.A.
Belo Horizonte - MG

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da **Ferrovia Centro Atlântica S.A.** ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2015 que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo em 31 de março de 2015, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o CPC 21(R1) e com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Conforme mencionado na nota explicativa nº 3.1, em 03 de julho de 2013, a Agência Nacional de Transporte Terrestre ("ANTT"), por meio da Resolução 4.131, alterada pela resolução 4.160 de 26 de agosto de 2013, autorizou a Ferrovia Centro-Atlântica S.A. a

devolver aproximadamente 3.800 (três mil e oitocentos) quilômetros de trechos que compõem a malha ferroviária sob sua concessão atual, dos quais 07 (sete) trechos são considerados “antieconômicos” e 06 (seis) trechos “economicamente viáveis”. De acordo com a administração da Companhia as possíveis mutações patrimoniais decorrentes deste assunto somente poderão ser registradas após revisão e aprovação dos aditivos contratuais e, também, da efetiva transferência de posse dos bens patrimoniais, incluindo as novas licitações a serem divulgadas pelo Poder Concedente. Estas medidas não aconteceram até o término dos nossos trabalhos. Nenhum ajuste foi incluído nas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas em função deste assunto. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Chamamos a atenção para o fato que parte substancial das operações de vendas e compras de serviços, operações de financiamentos referentes aos adiantamentos para futuro aumento de capital e operação de cessão de créditos fiscais da Companhia são realizadas com partes relacionadas, conforme descrito na nota explicativa nº 3.7 às informações contábeis intermediárias. Portanto, as informações contábeis intermediárias acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2015, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Revisão dos valores correspondentes ao trimestre anterior

Os valores correspondentes, individuais e consolidados, relativos às demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado (informação suplementar) referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2014, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente revisados, por outros auditores independentes, que emitiram relatório sem ressalvas datado em 08 de maio de 2014.

Belo Horizonte, 08 de maio de 2015

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



Marco Túlio Fernandes Ferreira
Contador CRC/MG-058176/O-0

2- DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1 - Balanços patrimoniais

Em milhares de Reais	Notas	Consolidado		Controladora	
		31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3.5	29.233	36.103	29.233	36.103
Contas a receber	3.6	326.249	146.204	326.249	146.204
Estoques	3.8	58.339	56.929	58.339	56.929
Tributos a recuperar	3.9	37.903	48.691	37.903	48.691
Despesas pagas antecipadamente	3.10	43.485	27.483	43.485	27.483
Demais contas a receber	3.11	72.333	73.550	72.333	73.550
		<u>567.542</u>	<u>388.960</u>	<u>567.542</u>	<u>388.960</u>
Não circulante					
Contas a receber	3.6	261.195	261.195	261.589	261.589
Despesas pagas antecipadamente	3.10	19.009	19.465	19.009	19.465
Depósitos judiciais	3.12	183.682	170.402	183.682	170.402
Tributos a recuperar	3.9	9.815	14.745	9.815	14.745
Imposto de Renda e Contribuição social diferidos	3.28	198.188	187.491	198.188	187.491
Contas a receber da RFFSA (União)	3.12(a)	70.644	67.515	70.644	67.515
Imobilizado	3.13	804.391	763.415	804.391	763.415
Intangível	3.14	2.525.965	2.509.850	2.525.965	2.509.850
		<u>4.072.889</u>	<u>3.994.078</u>	<u>4.073.283</u>	<u>3.994.472</u>
Total do ativo		<u>4.640.431</u>	<u>4.383.038</u>	<u>4.640.825</u>	<u>4.383.432</u>
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Fornecedores	3.15	93.799	130.650	93.799	130.650
Obrigações fiscais	3.16	15.961	15.641	15.961	15.641
Obrigações sociais e trabalhistas	3.17	52.157	79.271	52.157	79.271
Arrendamento, concessões a pagar	3.18	42.084	41.932	42.084	41.932
Provisões operacionais	3.19	27.067	38.870	27.461	39.264
Antecipações de clientes		205		205	
Receitas diferidas	3.22	131.922	317	131.922	317
Demais contas a pagar	3.20	5.361	4.873	5.361	4.873
		<u>368.556</u>	<u>311.554</u>	<u>368.950</u>	<u>311.948</u>
Não circulante					
Provisão para contingências	3.12	64.853	63.785	64.853	63.785
Benefícios a empregados	3.30	2.138	2.138	2.138	2.138
Receitas diferidas	3.22	3.250	3.329	3.250	3.329
Demais contas a pagar	3.20	926	1.192	926	1.192
Adiantamento para futuro aumento de capital- AFAC	3.21	<u>2.636.893</u>	<u>2.433.893</u>	<u>2.636.893</u>	<u>2.433.893</u>
		<u>2.708.060</u>	<u>2.504.337</u>	<u>2.708.060</u>	<u>2.504.337</u>
Patrimônio líquido					
Capital social	3.23	1.722.966	1.722.966	1.722.966	1.722.966
Ajustes de Avaliação Patrimonial	3.30	(231)	(231)	(231)	(231)
Lucros e Prejuízos acumulados		<u>(158.920)</u>	<u>(155.588)</u>	<u>(158.920)</u>	<u>(155.588)</u>
		1.563.815	1.567.147	1.563.815	1.567.147
Participação dos não controladores					
Patrimônio líquido		<u>1.563.815</u>	<u>1.567.147</u>	<u>1.563.815</u>	<u>1.567.147</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>4.640.431</u>	<u>4.383.038</u>	<u>4.640.825</u>	<u>4.383.432</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

2.2 - Demonstrações de resultados

Em milhares de Reais	Consolidado e Controladora		
	Notas	Período de 3 (três) meses findos em	
		31/03/2015	31/03/2014
Receita de serviços prestados	3.24	356.475	327.243
Custo dos serviços prestados	3.25	(376.545)	(347.451)
Prejuízo bruto		(20.070)	(20.208)
Receitas (despesas) operacionais			
Com vendas	3.26 (a)	(37)	(23)
Gerais e administrativas	3.26 (b)	(1.455)	(3.557)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	3.26 (c)	(136)	(3.093)
		(1.628)	(6.673)
Prejuízo operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro		(21.698)	(26.881)
Resultado financeiro	3.27	7.669	(4.456)
Despesas financeiras		(1.553)	(3.900)
Receitas financeiras		1.074	1.546
Receitas (despesas) com variação monetária/cambial		8.148	(2.102)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(14.029)	(31.337)
Imposto de Renda e Contribuição Social	3.28	10.697	
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos		10.697	
Prejuízo do período		(3.332)	(31.337)
Lucro(prejuízo) básico e diluído por ação atribuído aos acionistas (expresso em R\$ por lote de milhão de ações - Nota 3.23(b))		(0,02)	(0,15)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

2.3 - Demonstrações do resultado abrangente

Em milhares de Reais	Consolidado e Controladora	
	Período de 3 meses findo em	
	31/03/2015	31/03/2014
Prejuízo do período	(3.332)	(31.337)
Total do resultado abrangente do período	(3.332)	(31.337)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

2.4 - Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Em milhares de Reais

	Capital Social	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total do patrimônio líquido
Em 01 de janeiro de 2014	1.722.966	(231)	(193.562)	1.529.173
Resultado abrangente do período				
Prejuízo do período			(31.337)	(31.337)
Total dos outros resultados abrangentes.			(31.337)	(31.337)
Em 31 de março de 2014	1.722.966	(231)	(224.899)	1.497.836
Em 01 de janeiro de 2015	1.722.966	(231)	(155.588)	1.567.147
Resultado abrangente do período				
Prejuízo do período			(3.332)	(3.332)
Total dos outros resultados abrangentes.			(3.332)	(3.332)
Em 31 de março de 2015	1.722.966	(231)	(158.920)	1.563.815

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

2.5 - Demonstrações dos fluxos de caixa

Em milhares de Reais	Consolidado		Controladora	
	31/03/2015	31/03/2014	31/03/2015	31/03/2014
Fluxos de caixa das atividades operacionais:				
Lucro líquido (Prejuízo) do período	(3.332)	(31.337)	(3.332)	(31.337)
Ajustes:				
Resultado de equivalência patrimonial				
Depreciação e amortização	60.634	61.551	60.634	61.551
Provisão para perdas e contingências	(2.614)	(5.135)	(2.614)	(5.135)
Despesas com variação monetária/cambial, líquidas	(8.148)	2.089	(8.148)	2.089
Despesas de arrendamento pagas antecipadamente	456	456	456	456
Ganho (perda) na alienação de ativo imobilizado	(4.355)	1.299	(4.355)	1.299
Receitas diferidas	(43.948)	(42.386)	(43.948)	(42.386)
Imposto de Renda e contribuição social diferidos	(10.697)		(10.697)	
Outros	(5)		(5)	
	(12.009)	(12.538)	(12.009)	(12.538)
Variações nos ativos e passivos				
Contas a receber	(890)	(124.361)	(890)	(124.361)
Estoques	(1.408)	4.088	(1.408)	4.088
Tributos a recuperar	15.777	520	15.777	520
Despesas antecipadas	(16.002)	(19.438)	(16.002)	(19.438)
Depósitos judiciais e garantias	(8.756)	(4.189)	(8.756)	(4.189)
Outros ativos	2.959	(28.763)	2.959	(28.763)
Fornecedores	(35.640)	3.693	(35.640)	3.693
Impostos, taxas e contribuições a recolher	320	(6.967)	320	(6.967)
Salários e obrigações sociais	(27.113)	(44.036)	(27.113)	(44.036)
Antecipação de clientes		(1.226)		(1.226)
Arrendamento e concessões a pagar	152	49	152	49
Outros passivos	(11.375)	171.226	(11.375)	171.226
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	(93.984)	(61.942)	(93.984)	(61.942)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Recebimento pela venda de imobilizado	5.375	250	5.375	250
Compra de ativo imobilizado e intangível	(121.261)	(92.206)	(121.261)	(92.206)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(115.886)	(91.956)	(115.886)	(91.956)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Adiantamento para futuro aumento de capital	203.000	156.441	203.000	156.441
Caixa líquido proveniente das atividades financiamento	203.000	156.441	203.000	156.441
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	(6.870)	2.543	(6.870)	2.543
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	36.103	15.619	36.103	15.619
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	29.233	18.162	29.233	18.162

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

2.6 - Demonstrações do valor adicionado

Em milhares de Reais	Consolidado		Controladora	
	31/03/2015	31/03/2014	31/03/2015	31/03/2014
Receitas				
Vendas brutas de serviços	415.996	380.907	415.996	380.907
Outras receitas (despesas)	11.813	16.733	11.813	16.733
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - reversão/constituição	3.682	(893)	3.682	(893)
	<u>431.491</u>	<u>396.747</u>	<u>431.491</u>	<u>396.747</u>
Menos: Insumos adquiridos de terceiros				
Custos dos serviços prestados	(147.946)	(93.498)	(147.946)	(93.498)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(149.394)	(138.690)	(149.394)	(138.690)
Provisão para perdas, principalmente contingências, líquida de reversões	(1.068)	6.029	(1.068)	6.029
Outros	(5.260)	(4.401)	(5.260)	(4.401)
	<u>(303.668)</u>	<u>(230.560)</u>	<u>(303.668)</u>	<u>(230.560)</u>
Valor Adicionado bruto	<u>127.823</u>	<u>166.187</u>	<u>127.823</u>	<u>166.187</u>
Depreciação, amortização e exaustão	(60.634)	(61.550)	(60.634)	(61.550)
Valor Adicionado líquido produzido pela entidade	<u>67.189</u>	<u>104.637</u>	<u>67.189</u>	<u>104.637</u>
Valor Adicionado recebido em transferência				
Receitas financeiras	9.226	5.110	9.226	5.110
	<u>9.226</u>	<u>5.110</u>	<u>9.226</u>	<u>5.110</u>
Valor adicionado total a distribuir	<u>76.415</u>	<u>109.747</u>	<u>76.415</u>	<u>109.747</u>
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal e encargos				
Remuneração direta	55.122	49.778	55.122	49.778
Benefícios	19.667	19.096	19.667	19.096
F.G.T.S.	3.551	3.531	3.551	3.531
Outros gastos com pessoal	482	500	482	500
	<u>78.822</u>	<u>72.905</u>	<u>78.822</u>	<u>72.905</u>
Impostos, Taxas e Contribuições				
Federais	(3.689)	41.574	(3.689)	41.574
Estaduais	3.057	17.023	3.057	17.023
Municipais	-	16	-	16
	<u>(632)</u>	<u>58.613</u>	<u>(632)</u>	<u>58.613</u>
Remuneração de Capitais de Terceiros				
Juros	1.557	9.566	1.557	9.566
	<u>1.557</u>	<u>9.566</u>	<u>1.557</u>	<u>9.566</u>
Remuneração de Capital próprio				
Prejuízo do período	(3.332)	(31.337)	(3.332)	(31.337)
	<u>(3.332)</u>	<u>(31.337)</u>	<u>(3.332)</u>	<u>(31.337)</u>
Valor Adicionado distribuído	<u>76.415</u>	<u>109.747</u>	<u>76.415</u>	<u>109.747</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

3 - NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Períodos findos em 31 de março de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.1 - Contexto operacional

A Ferrovia Centro-Atlântica S.A. (doravante denominada “FCA”, “Companhia” ou “Ferrovia Centro-Atlântica”) com sede na cidade de Belo Horizonte, tem por objeto social principal a prestação de serviços de transporte ferroviário, a exploração de serviços de carga, descarga, armazenagem, transbordo e atuação como operador portuário.

De acordo com o contrato celebrado com a União, através do Ministério dos Transportes, em 28 de agosto de 1996, a FCA obteve a concessão para a exploração e desenvolvimento do serviço público de transporte ferroviário de carga na Malha Centro-Leste, conforme processo de privatização da Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA (doravante “RFFSA”), até agosto de 2026, podendo ser renovada por mais 30 anos, determinado pelo Edital nº A-3, de 28 de março de 1996, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, para atender ao Programa Nacional de Desestatização.

Concomitantemente, a Companhia celebrou, em 28 de agosto de 1996, contrato com a RFFSA para arrendamento dos bens operacionais vinculados à prestação do serviço de transporte de cargas da Malha Centro-Leste, até agosto de 2026, renovável por mais 30 anos.

Em maio de 2007 a lei 11.483 encerrou o processo de liquidação da RFFSA, extinguindo-a e declarando a União como sua sucessora em direitos e obrigações.

As linhas da Malha Centro-Leste abrangem os estados de Sergipe, Bahia, Goiás, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, além do Distrito Federal, totalizando 7.840 quilômetros. A FCA interliga-se às principais ferrovias brasileiras e importantes portos marítimos e fluviais, com acesso aos portos de Salvador (BA), Aratu (BA), Vitória (ES) e Angra dos Reis (RJ), além de Pirapora (MG) e Juazeiro (BA), no Rio São Francisco.

Adicionalmente, em 28 de junho de 2005, a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT (doravante denominada “ANTT”) autorizou a cisão parcial de ativos da concessão e arrendamento da Ferrovias Bandeirantes S.A. - Ferroban (doravante denominada “Ferroban”), que compreende a operação do trecho ferroviário entre os municípios de Araguari/MG e Boa Vista Nova/SP, denominado Malha Paulista. No exercício de 2005, a Companhia incorporou ao ativo intangível os bens relacionados ao referido trecho, bem como o montante pago à Ferroban relativo ao direito de exploração da Malha Paulista, conforme descrito na nota explicativa 3.14. A Companhia vinha operando este trecho desde 2002, através de acordo operacional com a Ferroban.

Também em 28 de junho de 2005, a ANTT, através da Resolução nº 1007, publicada no Diário Oficial da União em 30 de junho de 2005, aprovou o Termo de Distrato dos Acordos de Acionistas I e II da Companhia, conforme inciso VIII da Cláusula 9.1 do Contrato de Concessão, reconhecendo a VLI Multimodal S.A. (Ex-Mineração Tacumã Ltda. - controlada indireta da VLI S.A. (“VLI”) - como a única controladora da FCA.

Foi anunciada no dia 3 de julho de 2013, a Resolução Nº 4.131, alterada pela resolução Nº 4.160 da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), que autoriza a Ferrovia Centro-Atlântica a proceder com a desativação e devolução de trechos ferroviários. A FCA devolverá um total de 13 trechos entre eles, 7 considerados antieconômicos e 6 trechos ferroviários viáveis.

A desativação dos trechos atenderá a um cronograma aprovado pela ANTT, garantindo à FCA sua capacidade operacional nos novos trechos do Programa Integrado de Logística - PIL, de forma a dar

continuidade aos volumes previstos para atender aos atuais usuários do transporte ferroviário. Além disso, a FCA continuará pagando trimestralmente os valores devidos dos contratos de arrendamento e concessão.

Serão desativados e devolvidos os seguintes trechos ferroviários:

I – Trechos antieconômicos:	II– Trechos viáveis:
1. Paripe (BA) – Mapele (BA);	1. Alagoinhas (BA) – Juazeiro (BA);
2. Ramal do Porto de Salvador;	2. Alagoinhas (BA) – Propriá (SE);
3. General Carneiro (MG) a partir do km 588+600 – Miguel Burnier (MG);	3. Cachoeiro de Itapemirim (ES) – Vitória (ES);
4. Barão de Camargos (MG) – Lafaiete Bandeira (MG);	4. Barão de Angra (RJ) – Campos dos Goytacazes (RJ) – Cachoeiro de Itapemirim (ES), incluindo trecho Recreio – Cataguases;
5. Biagópolis (SP) – Itaú (MG);	5. Visconde de Itaboraí (RJ) – Campos dos Goytacazes (RJ);
6. Ribeirão Preto (SP) – Passagem (SP); e	6. Corinto (MG) a partir do Km 856+100 – Alagoinhas (BA);
7. Barão de Angra (RJ) – São Bento (RJ).	

As possíveis mutações patrimoniais decorrentes deste assunto somente poderão ser registradas após revisão e aprovação dos aditivos contratuais e, também, da efetiva transferência de posse dos bens patrimoniais, incluindo as novas licitações a serem divulgadas pelo Poder Concedente.

A Companhia tem apurado prejuízos repetitivos em suas operações. Assim, até que suas operações possibilitem a geração de lucro em montantes suficientes para cumprir com suas obrigações, a Companhia dependerá de recursos a serem obtidos de seus controladores ou terceiros. Em conexão com a elaboração dessas demonstrações contábeis, a Administração da Companhia analisou esta situação e concluiu que não existem incertezas sobre a sua capacidade de obter tais recursos, caso necessário. Portanto, essas demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis aplicáveis para companhias em continuidade operacional.

Mudança de Controle Acionário

Em abril de 2014, a Vale S.A efetivou a transferência de participação de 20% do capital da VLI, sua controladora indireta, pelo valor de R\$ 1.509.200, representados por 1.778.158.082 ações ordinárias, para Mitsui & Co. (“Mitsui”). Nesta operação R\$ 709.200 foram pagos diretamente à Vale S.A. e R\$ 800.000 aportados na VLI.

Ainda em abril de 2014 a Vale S.A. efetivou a transferência de 15,9% do capital da VLI, sua controladora indireta, pelo valor de R\$ 1.200.000, representados por 1.413.854.823 ações ordinárias, para o Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS (“FI-FGTS”), cujo patrimônio é administrado pela Caixa Econômica Federal. Esta operação foi efetivada através de aporte na VLI.

Em Agosto de 2014, a Vale S. A. efetivou a transferência de 26,5% da sua participação no capital da VLI, sua controladora indireta, pelo valor de R\$ 2.000.000, representados por 2.356.424.704 ações ordinárias para Brookfield Asset Management (Brookfield). Nesta operação o valor foi pago diretamente para Vale S.A..

Com a conclusão dessa operação a VLI (controladora indireta) passa a ser controlada por um acordo de acionistas celebrado entre Vale, Mitsui, FI-FGTS e Brookfield.

3.2 - Apresentação das demonstrações contábeis intermediárias

3.2.1 Aprovação das informações contábeis intermediárias

A emissão dessas demonstrações contábeis intermediárias foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 08 de maio de 2015.

3.2.2 Base de preparação

Essas demonstrações contábeis intermediárias devem ser lidas em conjunto com as demonstrações contábeis da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

a) Demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

As demonstrações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, foram preparadas de acordo com a com o CPC 21(R1) e com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

b) Reclassificação de Despesas Administrativas - Depreciação

A Companhia identificou que certas despesas com depreciação, de trens turísticos especificamente, haviam sido apresentadas como Despesas Administrativas em períodos anteriores. Considerando que as receitas correspondentes são registradas na rubrica "Outras Receitas (despesas) líquidas", a Companhia irá apresentar tais despesas com depreciação na rubrica de "Outras receitas (despesas) líquidas". O efeito retroativo referente ao período findo em 31 de março de 2014 foi de R\$ 703.

3.3 - Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis intermediárias estão definidas abaixo. As políticas contábeis são consistentes com as políticas descritas na Nota 4.3 das demonstrações contábeis da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2014. As políticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme neste período apresentado, exceto quando indicado de outra forma.

a) Critérios de consolidação

As informações contábeis intermediárias consolidadas incluem as demonstrações contábeis intermediárias da FCA e da controlada SL Serviços Logísticos Ltda, da qual detém 100% de participação.

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultados corresponde à soma dos saldos das contas do ativo, passivo, receitas e despesas das empresas incluídas na consolidação, segundo a natureza de cada saldo, complementada pelas seguintes eliminações:

- Das participações no capital, reservas e resultados acumulados mantidos entre as empresas.
- Dos saldos de contas correntes e outros integrantes do ativo e/ou passivo, mantidos entre as empresas.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de liquidez imediata, e com risco insignificante de mudança de valor.

c) Ativos financeiros

Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob a categoria de empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nesta categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão das demonstrações contábeis (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem contas a receber de clientes e de partes relacionadas, despesas pagas antecipadamente, AFAC, fornecedores, demais contas a receber. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Provisão para não realização de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia, na data das demonstrações contábeis, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (“*impairment*”).

d) Contas a receber

Correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal da atividade da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, serão apresentadas no ativo não circulante.

As contas de clientes a receber são registradas inicialmente a valor justo e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado, deduzidos de estimativas de perdas para cobrir eventuais perdas na sua realização.

A estimativa de perdas de créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses créditos. O valor da estimativa de perda para créditos de liquidação duvidosa é elaborado com base em experiência de inadimplência ocorrida no passado.

Os ajustes a valor presente são calculados com base na diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à uma taxa de juros efetiva.

e) Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo de aquisição e o valor de reposição e, quando aplicável, é constituída uma estimativa de perdas de estoques obsoletos, inservíveis ou sem movimentação. O custo de aquisição é determinado usando-se o método da Média Ponderada Móvel.

f) Tributo sobre o lucro

As despesas fiscais do exercício compreendem o imposto de renda e contribuição social corrente e diferido. O imposto é reconhecido na demonstração de resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio.

O encargo de imposto de renda corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de imposto de renda, com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações contábeis. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

g) Imobilizado

O imobilizado está demonstrado ao custo histórico de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada.

O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Os custos subsequentes são reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do período, quando incorridos.

A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com a expectativa de vida útil-econômica dos bens.

Os ganhos e as perdas de alienação são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas".

A vida útil dos bens está apresentada na Nota 3.13.

h) Intangível

I. Direitos de concessão

Está representado pelo valor pago pela FCA para operar o trecho denominado Malha Paulista, sendo amortizado usando-se o método linear pelo período restante da concessão, até agosto de 2026.

II. Softwares adquiridos e licenças

Os softwares e licenças adquiridos são registrados com base nos custos incorridos para aquisição e colocação dos mesmos disponíveis para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimável de três a cinco anos.

III. Benfeitorias em bens arrendados

Os custos com benfeitorias que são identificáveis, exclusivos e atribuíveis aos bens arrendados, no contexto da concessão da Malha Centro-Leste e Malha Paulista (Ferrobán) (Nota 3.1), são reconhecidos pelo seu custo histórico de aquisição e/ou construção e são amortizados, pelo método linear, ao longo do período de vigência do contrato de arrendamento ou pela estimativa de vida útil, dos dois o menor.

A vida útil dos intangíveis está apresentada na Nota 3.14.

i) *Impairment* de ativos não financeiros

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis (*impairment*), sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela será reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

j) Fornecedores

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Em alguns casos, os montantes são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado com o método de taxa efetiva de juros. Em sua maioria as contas a pagar são normalmente reconhecidas pelo valor da fatura ou nota fiscal correspondente.

k) Concessões e arrendamentos

No Brasil os serviços de transporte ferroviário de cargas e passageiros estão sujeitos a uma variedade de leis e normas, provenientes principalmente do Governo Federal por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT.

A regulação dos serviços de transporte ferroviário no Brasil trata das relações entre o governo, as companhias ferroviárias, usuários/clientes. Os principais aspectos abordados pela regulação incluem segurança, responsabilidades e direitos dos usuários/clientes e operadores ferroviários.

A concessão dos trechos da FCA originou-se do processo de desestatização da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA). Foram celebrados dois tipos de contratos com o poder concedente. Um dos contratos trata da concessão dos serviços de transportes ferroviários de cargas e passageiros onde são estabelecidas as cláusulas para operação e os valores de outorga que devem ser pagos ao poder concedente pela concessionária. O segundo contrato de arrendamento dos bens pré-existentes e operados pela RFFSA trata da vinculação destes na prestação dos serviços ferroviários de transportes de cargas e passageiros.

Embora existam dois contratos com formas jurídicas distintas (concessão e arrendamento), a essência econômica de ambos é uma só, ou seja, a obtenção do direito de exploração do serviço público de transporte ferroviário de cargas e passageiros. Sendo assim, os mesmos são tratados como sendo um só.

As condicionantes estabelecidas através da Interpretação Técnica ITG 01 - Contratos de Concessão não se aplicam aos contratos de concessão de prestação de serviços de transportes de cargas ferroviários, conforme estabelecido pelo Comunicado Técnico CTG 05 - Contratos de Concessão, considerando que:

- l) O poder concedente não define a quem os serviços devem ser prestados, prevalecendo o interesse comercial das concessionárias, conforme cláusula 7ª do contrato de concessão;

II) O poder concedente não determina qual o preço deverá ser cobrado pelos serviços prestados. A base para precificação é o mercado, inclusive, são cobradas tarifas acessórias (transbordo, carga, descarga, armazenamento, etc.) para as quais não há qualquer mecanismo de controle e seu valor é negociado livremente;

Em linha com os esclarecimentos provenientes do comunicado técnico CTG - 05 - Contratos de Concessão, a administração concluiu que os contratos de concessão e arrendamento, oriundos da extinta RFFSA, são contratos de execução, considerando que:

- As partes envolvidas cumpriram parcialmente com suas obrigações na mesma extensão.
- A disponibilização da infraestrutura pelo poder concedente se dá progressivamente à medida que as condições contratuais vão sendo cumpridas pelo concessionário.
- O operador deve cumprir as regras do contrato e o poder concedente possui o direito de cancelar o contrato, indenizando o operador pelos investimentos realizados e ainda não amortizados ou depreciados. Por isso se após analisados os fatos e circunstâncias específicos do contrato se considera que a infraestrutura é disponibilizada gradualmente ao longo do contrato, à medida que o operador satisfaça as condições contratuais e à medida que o poder concedente mantenha a concessão.

E ainda conforme os esclarecimentos provenientes do Comunicado Técnico CTG 05 e com instruções contidas no Manual de contabilidade, divulgado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres, a Administração concluiu que as condicionantes estabelecidas através da Interpretação Técnica ITG 01 - Contratos de Concessão não se aplicam aos contratos de concessão de prestação de serviços de transportes de cargas ferroviários, oriundos da União.

Dessa forma, esses contratos de concessão e arrendamento são apropriados ao resultado mensalmente, ao longo do prazo de concessão com base no montante incorrido das parcelas a serem pagas trimestralmente, corrigidas pela variação anual do IGP-DI, ou seja, entre a data da liquidação do leilão (20 de junho de 1996) e do último aniversário.

Os investimentos (benfeitorias) efetuados na infraestrutura (malha ferroviária) relacionados aos contratos de concessão e arrendamento mencionados na Nota 3.1 são registrados no ativo intangível. Não foi registrado no momento inicial nenhum ativo financeiro, por não haver uma clara evidência do direito contratual incondicional de receber, do concedente, caixa ou outro ativo financeiro pelos ativos vinculados a concessão de serviços públicos.

I) Provisões

As provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor puder ser estimado com segurança.

No caso de contingências prováveis, onde houver direito contratual de reembolso parcial ou total por outra parte, é constituída provisão para a contingência e, no ativo, é reconhecido o direito ao reembolso, quando houver o direito contratual ou legal ou o reembolso for praticamente certo. No resultado, o valor da despesa é apresentado líquido do valor reconhecido de reembolso. A exceção são as contingências onde, por força de Lei, a União (sucessora da RFFSA) é considerada a responsável primária (Nota 3.12), sendo a Companhia um agente no litígio.

m) Benefícios a empregados

Obrigações de aposentadoria

O passivo relacionado aos benefícios de risco do plano de previdência privada é o valor presente da obrigação de benefício definida na data do balanço menos o valor de mercado dos ativos do plano, ajustados por ganhos ou perdas atuariais e custos de serviços passados. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes usando-se o método de crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado pela estimativa de saída futura de caixa, usando-se as taxas de juros de títulos públicos cujos prazos de vencimento se aproximam dos prazos do passivo relacionado.

Os ganhos e as perdas atuariais advindos de mudanças nas premissas atuariais e emendas ao plano de previdência privada são apropriados ou creditados ao resultado pela média do tempo de serviço remanescente dos funcionários relacionados.

Para o plano de contribuição definida, a Companhia paga contribuições em bases compulsórias, contratuais ou voluntárias. Assim que as contribuições tiverem sido feitas, a Companhia não tem obrigações relativas a pagamentos adicionais. As contribuições regulares compreendem os custos periódicos líquidos do período em que são devidas e, assim, são incluídas nos custos de pessoal.

Participação no resultado

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados na qual a metodologia de cálculo considera metas operacionais e financeiras divulgadas a seus empregados. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (“*constructive obligation*”).

n) Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos incidentes, das devoluções, dos abatimentos e descontos.

Receitas de serviços

A receita de serviços somente é reconhecida quando da efetiva execução dos serviços contratados e na medida em que:

- 1) os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o cliente;
- 2) os custos relacionados a esses serviços possam ser mensurados confiavelmente e o valor da receita possa ser mensurado com segurança; e
- 3) seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade.

Receitas financeiras

A receita de juros é reconhecida conforme o prazo decorrido, utilizando o método de taxa de juros efetiva aplicável.

Receitas diferidas

As receitas diferidas são registradas no passivo quando há recebimentos antecipados para prestação de serviços futuros.

As receitas antecipadas serão reconhecidas no resultado quando:

- decorrido o prazo de competência ; ou
- da prestação de serviços futuros;

o) Dividendos

Aos acionistas será assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido ajustado, nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76.

Os titulares de ações preferenciais terão prioridade no recebimento dos dividendos a serem distribuídos.

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, caso dividendos sejam propostos estes serão reconhecidos como um passivo nas demonstrações contábeis, com base no estatuto social da Companhia.

Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas.

p) Moeda Funcional

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis da Companhia são mensurados utilizando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). A moeda funcional adotada pela Companhia e a moeda de apresentação das demonstrações contábeis é o real (R\$).

q) Apresentação de informações por segmentos

Conforme descrito na Nota 3.29, a Companhia analisa suas operações como segmento único com base nas informações apresentadas de modo consistente ao principal tomador de decisões operacionais da Companhia, o Conselho de Administração, órgão responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho do segmento operacional, além da tomada das decisões estratégicas da Companhia.

r) Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2015. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

IFRS 15 - "Receita de Contratos com Clientes" - entra em vigor em 1o de janeiro de 2017 e substitui a IAS 11 - "Contratos de Construção", IAS 18 - "Receitas" e correspondentes interpretações. A administração está avaliando os impactos de sua adoção.

IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" - com vigência para 1o de janeiro de 2018, substitui a orientação no IAS 39- "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração", que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. A administração está avaliando o impacto total de sua adoção, mas não espera efeitos materiais.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

s) Capital Social

O capital social está representado por ações ordinárias e preferenciais não resgatáveis, todas sem valor nominal. As ações preferenciais possuem os mesmos direitos das ações ordinárias, com exceção do voto para eleição de membros do Conselho de Administração.

t) Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

A Companhia divulga suas demonstrações do valor adicionado (“DVA”), consolidadas e da controladora, de acordo com a NBC TG 09 - Demonstração do valor adicionado, que são apresentados como parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias conforme prática contábil brasileira, aplicável a companhias abertas, que, entretanto, para as práticas internacionais pelo IFRS são apresentadas como informações adicionais, sem prejuízo do conjunto de demonstrações contábeis intermediárias.

3.4 - Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A Companhia preparou suas demonstrações contábeis intermediárias com base em estimativas decorrentes de sua experiência e diversos outros fatores que acredita serem razoáveis e relevantes.

Na elaboração das demonstrações contábeis intermediárias, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis intermediárias da Companhia incluem, portanto, estimativas referentes à provisão de perdas de contas a receber de clientes, provisão para perda de estoques, seleção de vidas úteis do ativo imobilizado, definição dos prazos para amortização do intangível com vida útil definida, provisões necessárias para contingências prováveis, determinações de provisões para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

3.4.1 - Estimativas e premissas contábeis críticas

A aplicação de estimativas contábeis geralmente requer que a administração se baseie em julgamentos sobre os efeitos de certas transações que podem afetar a situação patrimonial da Companhia, envolvendo os ativos, passivos, receitas e despesas.

As transações envolvendo tais estimativas podem afetar o patrimônio líquido e a condição financeira da Companhia, bem como seu resultado operacional, já que os efetivos resultados podem divergir das suas estimativas.

As estimativas e premissas que apresentam risco significativo de causar ajustes relevantes nos valores de ativos e passivos nos próximos exercícios são as seguintes:

- I. Redução do valor recuperável de ativos - A administração da Companhia adota premissas em testes de determinação da recuperação de ativos financeiros, para determinação do seu valor recuperável e reconhecimento de "*impairment*", quando aplicável. Diversos eventos de natureza incerta colaboraram na determinação das premissas e variáveis utilizadas pela administração na avaliação de eventual "*impairment*".
- II. Revisão da vida útil dos bens patrimoniais e da amortização do intangível - A Companhia reconhece regularmente as despesas relativas à depreciação de seu imobilizado e à amortização de seus intangíveis. As taxas de depreciação e amortização são determinadas com base nas suas estimativas durante o período pelo qual a Companhia espera geração de benefícios econômicos.
- III. Tributos sobre o lucro diferidos - A Companhia reconhece o efeito do imposto diferido de prejuízo fiscal e das diferenças temporária em seus demonstrativos contábeis. A constituição dos tributos

sobre o lucro diferidos, ativos e passivos requer estimativas da Administração. Para cada crédito fiscal futuro, a Companhia avalia a probabilidade de parte ou do total do ativo fiscal não ser recuperável. As avaliações realizadas dependem da probabilidade de geração de lucros tributáveis no futuro baseado na produção e planejamento de vendas, custos operacionais.

- IV. Provisão para contingências - A Companhia constituiu provisões para contingências com base em análises dos processos em andamento. Os valores foram registrados com base no parecer dos consultores jurídicos visando cobrir perdas prováveis. Se qualquer dado adicional fizer com que seu julgamento ou o parecer dos advogados externos mude, a Companhia reavalia as suas estimativas.

3.4.2 - Julgamentos críticos na aplicação de práticas contábeis da Companhia - Concessão

Conforme descrito na Nota 3.3(k) a Companhia segue as orientações da ITG 01 - Contratos de Concessão e do CTG 05 - Contratos de Concessão para contabilizar a concessão dos serviços de transporte ferroviário e o arrendamento de bens vinculados à prestação desses serviços. A aplicação dessas interpretações e comunicados técnicos requer julgamentos significativos por parte da administração da Companhia, principalmente quanto aos seguintes aspectos:

- I. Conclusão de que a essência econômica dos contratos de concessão e arrendamento é uma só, ou seja, a obtenção do direito de exploração do serviço público de transporte ferroviário.
- II. Conclusão de que o poder concedente não define a quem os serviços objetos da concessão devem ser prestados.
- III. Conclusão de que, apesar de existir limites máximos das tarifas de referência ("*price cap*") controladas pela ANTT, na prática, o poder concedente não determina qual o preço que deverá ser cobrado pelos serviços prestados pelas concessionárias, pois a base para precificação é o próprio mercado, considerando que esse "*price-cap*" é raramente atingido.
- IV. Conclusão de que os contratos de concessão e arrendamento oriundos da União são contratos de execução, devendo ser apropriados ao resultado mensalmente, ao longo do prazo de concessão, ao invés de registrados integralmente no momento inicial da concessão.
- V. Conclusão de não ser aplicável registrar no momento inicial da concessão nenhum ativo financeiro, por não haver uma clara evidência do direito contratual incondicional de receber, do concedente, caixa ou outro ativo financeiro pelos ativos vinculados a concessão de serviços públicos.

Para esses julgamentos, a Companhia considerou, entre outros fatores, a análise detalhada das mencionadas orientações técnicas, e as discussões das mesmas no âmbito da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários - ANTF.

3.5 - Caixa e equivalentes de caixa

	<u>Consolidado e Controladora</u>	
	<u>31/03/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Caixa e Bancos	5.252	9.772
Aplicações Financeiras	23.981	26.331
	<u>29.233</u>	<u>36.103</u>

As aplicações financeiras referem-se a aplicações em certificados de depósitos bancários de curto prazo remuneradas por um percentual médio de 101,5% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e insignificante risco de mudança de valor.

3.6 - Contas a receber

As análises de vencimentos estão apresentadas a seguir:

Circulante	Consolidado		Controladora	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
Contas a receber de clientes	97.884	103.175	97.884	103.175
Contas a receber partes relacionadas	251.633	69.979	251.633	69.979
Menos: Estimativa de perda para crédito de liquidação duvidosa	(23.268)	(26.950)	(23.268)	(26.950)
Contas a receber de clientes, líquidas	326.249	146.204	326.249	146.204
Não circulante				
Contas a receber partes relacionadas	261.195	261.195	261.589	261.589
	261.195	261.195	261.589	261.589

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
A vencer	555.824	394.368	555.824	394.368
Vencidos até 3 meses	28.953	8.906	28.953	8.906
Vencidos de 3 a 6 meses	635	1.619	635	1.619
Vencidos acima 6 meses	25.299	29.456	25.693	29.850
Contas a receber	610.712	434.349	611.106	434.743

O comitê de créditos e cobranças, formado pelas áreas contas a receber, comercial, faturamento e gestão de risco corporativo, analisam a situação dos atuais clientes visando mitigar possíveis perdas e inadimplências.

A metodologia adotada para constituir a estimativa de possíveis perdas de liquidação duvidosa contempla a avaliação criteriosa dos títulos vencidos a mais de 180 dias, excluindo os valores mantidos com as empresas ligadas, considerando o histórico de operações e das condições comerciais mantidas com cada cliente em atraso.

3.7 - Partes relacionadas

As transações e os saldos com partes relacionadas podem ser demonstradas conforme abaixo:

Balço Patrimonial	Controladora	
	31/03/2015	31/12/2014
Ativo circulante		
Contas a receber		
Cia Coreano Brasileria de Pelotização - KOBRASCO	4	4
Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social -Valia	14	14
Fundação Vale do Rio Doce - FVRD	165	165
Log-in Logística Intermodal S/A	10	20
Mireração Andirá Ltda	3	
MRS Logística S/A	507	397
Vale Manganês S.A.	4	4
Ultrafétil	25	40
Vale S/A	13.122	13.436
Vale Fertilizantes S.A	1.760	15.381
Vale Moçambique	475	475
Mineração Urucum S.A	3	3
Salobo Metais S.A	5	5
Ferrovia Norte Sul S.A	108	67
VLI Operações Portuárias S.A	15	11
VLI S.A	422	400
Samarco		19
VLI Multimodal S.A.	234.991	39.538
	<u>251.633</u>	<u>69.979</u>
Ativo não circulante		
Contas a Receber		
Vale S/A	261.195	261.195
SL Serviços Logísticos S/A	394	394
	<u>261.589</u>	<u>261.589</u>
Passivo Circulante		
Fornecedores		
MRS Logística S/A		333
Pasa- Plano de Assistência á Saúde do Aposentado da Vale		190
Terminal de Vila Velha S.A - TVV	9	
Ferrovia Norte Sul S.A	33	33
Fundação Vale do Rio Doce - FVRD	1.521	
Vale S/A	1.415	1.683
	<u>2.978</u>	<u>2.239</u>
Receitas Diferidas	131.605	
VLI Multimodal S.A.	<u>131.605</u>	
Passivo não Circulante		
Adiantamento para futuro aumento de capital		
VLI Multimodal S.A.	2.636.893	2.433.893
	<u>2.636.893</u>	<u>2.433.893</u>
Benefícios a empregados pós-aposentadoria		
Valia	2.138	2.138
	<u>2.138</u>	<u>2.138</u>

Demonstrações do Resultado	Controladora	
	31/03/2015	31/03/2014
Receitas		
Receita bruta de serviços prestados		
Vale Fertilizantes S.A	6.055	
Vale S/A	34.478	34.164
MRS Logística S/A	1.490	1.201
VLI Multimodal S.A	167.263	137.808
	<u>209.286</u>	<u>173.173</u>
Receita de aluguel de locomotiva		
Vale S/A		86
VLI Multimodal S.A	20.406	19.680
	<u>20.406</u>	<u>19.766</u>
Receitas financeiras		
Vale S/A		191
		<u>191</u>
Outras Receitas (despesas) Operacionais		
Vale S/A	127	147
Samarco Mineração S/A	41	
VLI S/A	22	127
	<u>190</u>	<u>274</u>
Custos e despesas		
Custo de intercambio/aluguel de locos e vagões		
MRS Logística S/A		(1.721)
Vale S/A	(969)	(1.097)
	<u>(969)</u>	<u>(2.818)</u>
Custo de partilha de fretes		
Vale S/A	(25.382)	(31.397)
MRS Logística S/A	(573)	(363)
	<u>(25.955)</u>	<u>(31.760)</u>
Custo com direito de passagem		
MRS Logística S/A	(2.899)	(3.153)
Vale S/A	(3.968)	
	<u>(6.867)</u>	<u>(3.153)</u>
Custo dos serviços		
Previdência Complementar		
Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social - VALIA	(1.050)	(969)
	<u>(1.050)</u>	<u>(969)</u>

As análises de vencimentos dessas contas a receber de partes relacionadas estão apresentadas abaixo:

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
A vencer	501.745	307.780	501.745	307.780
Vencidos até 3 meses	10.747	8.866	10.747	8.866
Vencidos de 3 a 6 meses	(897)	9.554	(897)	9.554
Vencidos acima 6 meses	1.627	5.368	1.627	5.368
Contas a receber de clientes	<u>513.222</u>	<u>331.568</u>	<u>513.222</u>	<u>331.568</u>

Os créditos com empresas ligadas no circulante e não circulante representam os valores que a FCA tem a receber pela venda de seus serviços, materiais de estoque e/ou itens do imobilizado disponibilizados para venda.

Os custos com direito de passagem e partilha de frete, representam os valores gastos com a utilização da malha ferroviária de outra concessionária.

As dívidas com empresas ligadas no circulante e não circulante representam os valores que a FCA tem a pagar pela compra de serviços, materiais e/ou itens para o ativo imobilizado.

Os adiantamentos para futuro aumento de capital, são recursos recebidos pela FCA de seu acionista controlador VLI Multimodal S.A, a serem utilizados com a finalidade de aumentar o capital social (nota 3.21).

Os intercâmbios de locomotivas e vagões são processos inerentes às atividades de transporte ferroviário de cargas no Brasil. Os custos representam os valores gastos com a utilização de material rodante de outras concessionárias.

A remuneração do pessoal-chave da administração da Companhia, composto exclusivamente pelos diretores estatutários, é paga integralmente pela controladora VLI S.A., sem o respectivo reembolso.

REFIS - Contrato de cessão de créditos fiscais

Com o advento da Lei 12865/13 - 09 de outubro de 2013 - § 7º os contribuintes poderiam liquidar os passivos junto a Receita Federal decorrentes de multas e juros moratórios, inclusive relativos a débitos inscritos em dívida ativa, com a utilização de créditos de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) próprios e de empresas domiciliadas no Brasil, por eles controladas em 31 de dezembro de 2011.

Em 31 de dezembro de 2012 a FCA registrava em seus livros fiscais saldos de prejuízos fiscais de imposto de renda no montante de R\$ 1.412 milhões e base negativa da contribuição social no montante de R\$ 1.457 milhões resultantes dos prejuízos acumulados nos últimos anos. A título destas, a FCA poderia gozar de R\$ 484 milhões em créditos fiscais no decorrer dos exercícios seguintes. A VALE S.A. na época detentora indireta de participação em ações emitidas pela FCA decidiu, em virtude do programa governamental que permitiria as empresas, se beneficiar das bases tributárias e adquirir as bases tributárias negativas das sociedades controladas.

Em Novembro de 2013 a VALE e FCA celebraram contrato atípico e sem precedentes de cessão de créditos fiscais. Este contrato foi firmado considerando as autorizações contidas na Lei nº12865/13(REFIS).

Em consonância com as premissas e estimativas aplicadas em seu plano de negócio, a FCA decidiu por ajustar ao valor presente a operação considerando uma taxa de desconto de 7,8%.

De acordo com o contrato de cessão dos créditos fiscais a VALE pagará à FCA os seguintes valores:

1ª parcela à vista - A FCA transferiu através da opção exercida pela VALE o montante nominal de R\$ 121 milhões de créditos fiscais, sem nenhuma condicionante ou realização de prejuízos fiscais e bases negativas. Ficou ajustado entre as partes que esta parcela seria paga à vista com deságios, considerando que o valor da operação foi inicialmente ajustado ao valor presente. O saldo desta parcela estava registrado pelo valor justo de R\$ 82,5 milhões. O ajuste a valor presente desta parcela foi de R\$ 38,4 milhões; e considerando o custo de oportunidade do recebimento a vista desta primeira parcela, foi concedido um desconto adicional de R\$ 22,2 milhões de reais. Esta parcela que representa 25% do total nominal dos créditos fiscais foi paga no ato do exercício da opção pela VALE em novembro de 2013, no montante de R\$60 milhões.

Demais parcelas - A devolução será realizada com base no montante anual equivalente ao benefício econômico que a FCA teria se ainda fosse titular dos créditos fiscais, ou seja, a VALE devolverá periodicamente à FCA os valores dos benefícios fiscais que esta faz jus na medida em que esta apurasse lucros tributáveis, até o limite do valor nominal dos créditos transferidos, no valor total de R\$ 484 milhões, deduzidos da 1ª parcela no montante de R\$ 121 milhões, restando, portanto, o saldo nominal de R\$ 363 milhões.

Considerando que, a devolução das demais parcelas, ficarão condicionadas ao aproveitamento dos créditos fiscais, estando incluídas neste caso, mas não se limitando, a apuração do lucro tributável, a realização de reestruturação societária, a edição de legislação que permita o pagamento à vista ou parcelamento de débitos de sua titularidade com a utilização dos créditos fiscais ou qualquer alteração legislativa, a taxa adotada para mensuração dos ajustes a valor presente foi de 7,8% a.a.

3.8 - Estoques

Os saldos dos estoques têm sua composição como segue:

	Consolidado e Controladora	
	31/03/2015	31/12/2014
Circulante		
Peças e componentes de equipamentos / instalações	44.822	45.306
Combustíveis, lubrificantes e gases	3.225	2.951
Materiais de expediente e outros	7.227	5.135
Materiais elétricos / eletrônicos	7.284	7.841
Outros materiais	1.685	1.600
Provisão para perdas em itens de estoque	(5.904)	(5.904)
	58.339	56.929

3.9 - Tributos a recuperar

Os tributos a recuperar têm sua origem conforme segue:

	Consolidado e Controladora	
	31/03/2015	31/12/2014
Circulante		
ICMS a recuperar	13.275	16.765
Imposto de renda retido na fonte	634	500
PIS e COFINS a compensar	18.544	26.035
Imposto de renda e contribuição social antecipados	5.421	5.362
INSS	29	29
	37.903	48.691
Não Circulante		
ICMS a recuperar	9.815	14.745
	9.815	14.745
Tributos a recuperar - total	47.718	63.436

3.10 - Despesas pagas antecipadas

As despesas antecipadas são compostas por:

	Consolidado e Controladora	
	31/03/2015	31/12/2014
Circulante		
Despesas de arrendamento pagas antecipadamente (b)	1.825	1.825
Prêmios de seguros pagos antecipadamente (c)	9.399	12.020
Aluguel do Terminal Integrado de Araguari (a)	19.308	3.897
Aluguel do Terminal Integrado de Santa Luzia (a)	7.005	1.414
Aluguel do Terminal Integrado de Guará (a)	5.948	8.327
	43.485	27.483
Não circulante		
Despesas de arrendamento pagas antecipadamente	19.009	19.465
	19.009	19.465
	62.494	46.948

As despesas pagas antecipadamente em 31 de março de 2015 tem sua composição a seguir:

	<u>Valor</u>	<u>Parcelas a Apropriar</u>	<u>Vigência</u>
Circulante			
Despesas de arrendamento pagas antecipadamente	1.825	12 parc. R\$ 152,08	1.825 jan/2015 a dez/2015
Prêmios de seguros pagos antecipadamente			
Responsabilidade Civil Geral	1.892	8 parc. R\$ 152,90	1.223 nov/2014 a nov/2015
Riscos Operacionais	10.940	6 parc.R\$ 911,6 e 1 parc. R\$ 791	6.261 out/2014 a out/2015
Responsabilidade Civil do Transportador Ferroviário - RCTF-C	2.701	10 parc.R\$ 191,50	1.915 nov/2014 a jan/2016
Aluguel de Terminais			
Araguari (a)	20.613	11 parc.R\$ 1.678,95 e 1 parc.R\$839,50	19.308 mar/2015 a mar/2016
Santa Luzia (a)	7.310	11 parc.R\$ 609,16 e 1 parc.R\$ 304,60	7.005 mar/2015 a mar/2016
Guará (a)	10.487	7 parc.R\$ 793 e 1 parc.R\$ 396,5	5.948 nov/2014 a nov/2015
		43.485	
Não circulante			
Despesas de arrendamento pagas antecipadamente (b)	54.746	125 parc.R\$ 152,08	19.009 set/1996 a ago/2026
		62.494	

a) Despesas de aluguel dos terminais

	<u>Consolidado e Controladora</u>	
	<u>31/03/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Circulante		
Aluguel do Terminal Integrado de Araguari (a)	19.308	3.897
Aluguel do Terminal Integrado de Santa Luzia (a)	7.005	1.414
Aluguel do Terminal Integrado de Guará (a)	5.948	8.327
	32.261	13.638

Instrumento particular atípico de desenvolvimento de edificação, construção sob encomenda e locação atípica, na modalidade de "built to suit".

Os contratos assinados entre a Companhia e terceiros constituem o desenvolvimento e a implementação da construção do Terminal Integrador de Araguari e Santa Luzia e, por conseguinte a locação dos terminais à Companhia em caráter personalíssimo, sendo os referidos Terminais construídos para atender exclusivamente as necessidades da Companhia.

b) Despesas de arrendamento pagas antecipadamente

	<u>Consolidado e Controladora</u>	
	<u>31/03/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Circulante		
Concessão (i)	1.719	1.719
Arrendamento (ii)	106	106
	1.825	1.825
Não Circulante		
Concessão (i)	1.100	1.127
Arrendamento (ii)	17.909	18.338
	19.009	19.465

(i) Concessão dos serviços de transporte ferroviário - Malha Centro-Leste

A concessão dos serviços de transporte ferroviário de carga foi estipulada pelo prazo de trinta anos, conforme contrato assinado em 28 de agosto de 1996, no montante de R\$ 15.845, dos quais R\$ 3.169 foram pagos à vista, com a contabilização idêntica aos contratos de arrendamento de bens.

(ii) Arrendamento dos bens - Malha Centro-Leste

O arrendamento dos bens foi estipulado pelo prazo de trinta anos, de acordo com contrato firmado em 28 de agosto de 1996 com a União, no montante de R\$ 292.421, dos quais R\$ 51.577 foram pagos antecipadamente, conforme estipulado em contrato. Os valores pagos antecipadamente foram registrados na rubrica "Arrendamentos e concessão pagos antecipadamente", nos ativos circulante e não circulante.

Conforme divulgado na nota 3.4.2(IV) os contratos de arrendamento e concessão são contratos de execução; desta forma os saldos estão sendo amortizados considerando o prazo dos contratos.

c) Prêmios de seguro pagos antecipadamente

A companhia possui um programa de gerenciamento de riscos, que proporciona cobertura e proteção para os seus ativos, bem como para possíveis perdas com interrupção de produção, através de apólices de seguro.

	Consolidado e Controladora	
	31/03/2015	31/12/2014
Responsabilidade civil geral	1.223	1.892
All Risks	6.261	8.995
Seguro de transporte	1.915	1.133
	9.399	12.020

Em 31 de março de 2015, os seguros contratados para cobrir eventuais sinistros são:

Modalidade	Cobertura	Valores em milhares
Responsabilidade Civil Geral	All Risk	USD 50.000
Riscos Operacionais	All Risk	USD 200.000 (por ocorrência)
Transporte Internacional Importação	All Risk	USD 70.000
Transporte Internacional Exportação	All Risk	USD 100.000
Transporte Nacional (Embarques terrestres / Aéreos)	All Risk	USD 10.000
Transporte Nacional (Embarques aquaviários (Cabotagem e Fluvial/Lacustre))	All Risk	USD 60.000
Responsabilidade Civil do Transportador Ferroviário - RCTF-C	All Risk	USD 30.000
Frota de automóvel	All Risk	200000
Vida em Grupo	Empregados, Cônjuges e Filhos	24 X Salário Base
Vida em Grupo	Menores e aprendizes	12
Acidentes pessoais	Trens turísticos da FCA	R\$ 10

3.11 - Demais contas a receber

	Consolidado e Controladora	
	31/03/2015	31/12/2014
Circulante		
Adiantamento a empregados	27.500	26.570
Sinistros a recuperar (a)	39.832	30.647
Adiantamento a fornecedores	5.001	12.051
Outras contas		4.282
	72.333	73.550

(a) Referem-se aos gastos da companhia com acidentes ocorridos na sua malha ferroviária, para os quais há provisão da franquias, conforme Nota 3.19(b).

3.12 - Depósitos judiciais e provisão para contingências

	31/03/2015		Consolidado e Controladora 31/12/2014	
	Depósitos judiciais	Provisões de contingências	Depósitos judiciais	Provisões de contingências
Trabalhistas (a)	148.847	50.802	136.366	48.574
Cíveis (b)	18.398	10.976	17.750	12.255
Tributárias (c)	6.033	705	5.889	676
Ambientais (d)	235	2.126	224	2.038
Previdenciária (e)	10.169	244	10.173	242
	183.682	64.853	170.402	63.785

Depósitos judiciais (movimentação)

	31/12/2014			Juros e atualização monetária		31/03/2015
		Adição	Baixa			
Trabalhistas (a)	136.366	10.664	(2.021)	3.838		148.847
Cíveis (b)	17.750	93	-	555		18.398
Tributárias (c)	5.889	79	(59)	124		6.033
Ambientais (d)	224	-	-	11		235
Previdenciária (e)	10.173	-	-	(4)		10.169
	170.402	10.836	(2.080)	4.524		183.682

Provisões para contingências (movimentação)

	31/12/2013			Juros e atualização monetária		31/03/2015
		Adição	Baixa			
Trabalhistas (a)	48.574	5.821	(5.163)	1.570		50.802
Cíveis (b)	12.255	208	(1.752)	266		10.976
Tributárias (c)	676	17	-	12		705
Ambientais (d)	2.038	-	-	87		2.125
Previdenciária (e)	242	-	-	2		244
	63.785	6.045	(6.915)	1.937		64.853

De acordo com o Edital de Privatização, a União continuará como única responsável por todos os seus passivos, a qualquer título e de qualquer natureza jurídica. A Companhia procederá a compensação dos valores desembolsados, com os processos judiciais trabalhistas de responsabilidade da União, com as parcelas a vencer do contrato de arrendamento, mediante autorização judicial.

As naturezas dos principais processos provisionados são os mesmos das divulgadas na letra (f) Contingências possíveis não provisionadas.

a) Trabalhistas

A Companhia está sendo acionada em reclamações de natureza trabalhistas oriundas do curso normal de suas atividades.

Em 31 de março de 2015, as contingências trabalhistas com expectativa de perda provável, de acordo com nossos consultores jurídicos, totalizam R\$ 50.802 (31 de dezembro de 2014- R\$ 48.574). Esses montantes não incluem as contingências de responsabilidade da União(extinta RFFSA), dado que a Companhia somente é responsável pelo pagamento de débitos trabalhistas originados após a desestatização, conforme o Edital de Desestatização em seu item 7.2 - Passivos Trabalhistas que diz:

"As obrigações trabalhistas da RFFSA para com seus empregados transferidos para a concessionária, relativos aos períodos anteriores à data da transferência de cada contrato de trabalho, sejam ou não objeto de reclamação judicial, continuarão de responsabilidade da RFFSA."

b) Cíveis

A Companhia é parte em processos e demandas cíveis que envolvem responsabilidade contingente num total de R\$ 10.976 (31 de dezembro de 2014 - R\$ 12.255).

Com base na análise individual de tais processos, e tendo como suporte a opinião dos nossos consultores jurídicos, a administração constituiu provisão para os valores contingentes com expectativa de perda provável.

c) Tributárias

De acordo com nossos consultores jurídicos, a Companhia constituiu provisões sobre processos tributários que correm no âmbito administrativo e judicial, nos quais a FCA litiga contra a fazenda pública estadual e municipal, no valor total de R\$ 705 (31 de dezembro de 2014 - R\$ 676).

Com base na análise individual de tais processos, e tendo como suporte a opinião dos nossos consultores jurídicos, a administração constituiu provisão para os valores contingentes com expectativa de perda provável.

d) Ambientais

A Companhia provisionou R\$ 2.125 (31 de dezembro de 2014 - R\$ 2.038) referentes a processos com expectativa de perda provável de autuações dos órgãos competentes.

e) Previdenciários

De acordo com nossos consultores jurídicos, a Companhia constituiu provisões sobre processos previdenciários que correm no âmbito administrativo e judicial, no valor total de R\$ 245 (31 de dezembro de 2014 - R\$ 242).

Com base na análise individual de tais processos, e tendo como suporte a opinião dos nossos consultores jurídicos, a administração constituiu provisão para os valores contingentes com expectativa de perda provável.

f) Contingências possíveis não provisionadas

Adicionalmente às provisões constituídas, existem outros passivos contingentes no montante aproximado de R\$ 1.710.700 (31 de dezembro de 2014 - aproximadamente R\$ 1.702.000), referente a causas de natureza trabalhista, cível, tributária, ambiental e previdenciário, para os quais, com base na avaliação de nossos consultores jurídicos, não foram constituídas provisões por se tratarem de perdas possíveis. O referido montante poderá ser reduzido, quando aplicável, em função da responsabilidade total ou parcial da União.

A composição das contingências por natureza podem ser assim apresentadas:

	Consolidado e Controladora	
	31/03/2015	31/12/2014
Trabalhistas (i)	835.000	850.000
Cíveis (ii)	300.000	292.000
Tributárias (iv)	481.000	467.000
Ambientais (v)	39.000	38.000
Previdenciário (iii)	56.000	55.000
	1.711.000	1.702.000

- i. **Trabalhistas:** trata-se de reclamações trabalhistas promovidas por ex-empregados da FCA, bem como sindicatos e ex-empregados de empresas terceirizadas, cujos pedidos mais recorrentes e relevantes referem-se ao pagamento por horas extras; alegação de não pagamento de adicional de periculosidade com o pedido de seu pagamento; alegação de divergência de salário para funções idênticas, ensejando pedido de diferenças salariais; alegação de ficar o empregado à disposição da Companhia em horário de descanso, o que determina o pedido de pagamento de sobreaviso; pedido de danos morais e materiais decorrentes de acidentes do trabalho e doença ocupacional e pedido de responsabilidade subsidiária da FCA, em decorrência de não cumprimento de obrigações trabalhistas por empresas contratadas pela mesma para a prestação de serviços diversos (terceirização).
- ii. **Cíveis:** trata-se de demandas contendo, principalmente, alegações de responsabilidade da FCA por acidentes envolvendo pessoas nos trilhos da malha ferroviária sob concessão, com pedidos de indenizações por danos morais, materiais e estéticos. Há ainda demandas discutindo questões indenizatórias, promovidas por empresas contratadas pela FCA que alegam prejuízos contratuais.
- iii. **Previdenciários:** trata-se de cobrança de contribuições sociais (aposentadoria especial, diárias operacionais, PLR e INSS sobre valores pagos a autônomos e pagos a título de acertos de passivos trabalhistas).
- iv. **Tributários:** trata-se, principalmente, de cobrança de PIS/COFINS sobre receitas de tráfego mútuo e direito de passagem, glosa de créditos de ICMS e de auto de infração em processos de importação de locomotivas, cobranças de IPTU sobre imóveis objeto de arrendamento e autuações de ICMS relacionadas ao (i) descumprimento de obrigações acessórias, (ii) glosa de créditos, (iii) exigência do imposto sobre a transferência de bens para o mesmo titular e ausência de retorno de bens remetidos para reparo/conserto no prazo regulamentar.
- v. **Ambientais:** trata-se de demandas cuja discussão se refere à alegação dos órgãos ambientais, Ministério Público e Prefeituras de que a FCA teria descumprido alguma obrigação ambiental, ou sua atividade tenha gerado algum impacto ambiental, impondo multas diversas à Companhia.

3.13 - Imobilizado

Consolidado e Controladora

31/03/2015 31/12/2014

	Tempo estimado de vida útil	Taxa média anual de depreciação	Custo histórico	Depreciação acumulada	Consolidado e Controladora	
					Líquido	Líquido
Bens em operação						
Imóveis	25 a 40 anos	2,90%	25.324	(4.088)	21.236	21.584
Instalações auxiliares/sistemas operacionais	20 anos	5,00%	2.520	(1.370)	1.150	1.169
Equipamentos autônomos	5 a 20 anos	8,41%	173.436	(62.295)	111.141	111.612
Veículos	3 a 5 anos	20,35%	11.752	(5.143)	6.609	7.160
Bens administrativos/auxiliares	10 anos	10,00%	17.167	(5.572)	11.595	11.751
Equipamentos e aplicativos de informática	5 anos	20,00%	25.303	(16.291)	9.012	9.830
Locomotivas	12,5 a 25 anos	6,51%	504.339	(155.903)	348.436	328.150
Vagões	33,3 anos	3,00%	320.720	(71.621)	249.099	254.763
Outros ativos	10 anos	10,00%	48.098	(7.546)	40.552	12.488
			<u>1.128.659</u>	<u>(329.829)</u>	<u>798.830</u>	<u>758.507</u>

Consolidado e Controladora

31/03/2015 31/12/2014

	Custo histórico	Depreciação acumulada	Consolidado e Controladora	
			Líquido	Líquido
Terrenos	1.142		1.142	1.142
Adiantamento a fornecedores de imobilizado	4.737		4.737	4.942
Provisão para baixa de ativo	(318)		(318)	(1.176)
	<u>5.561</u>		<u>5.561</u>	<u>4.908</u>
	<u>1.134.220</u>	<u>(329.829)</u>	<u>804.391</u>	<u>763.415</u>

A Companhia concedeu locomotivas, vagões, veículos e equipamentos em penhora como garantia do juízo, em atendimento às execuções judiciais procedentes de processos judiciais e administrativos, no montante de R\$ 77.604 (31 de dezembro de 2014 - R\$ 78.973).

A movimentação do imobilizado no período findo em 31 de março de 2015 está sumarizada da seguinte forma:

Consolidado e Controladora

Imobilizado - Custo	31/12/2014	Adições	Baixas	Transferências entre imobilizado e intangível(a)	Consolidado e Controladora	
					31/03/2015	
Imóveis	25.283			41	25.324	
Instalações auxiliares/sistemas operacionais	2.517			5	2.520	
Equipamentos autônomos	174.950		(5.066)	3.552	173.436	
Veículos	12.075		(323)		11.752	
Bens administrativos/auxiliares	18.057		(1.274)	384	17.167	
Equipamentos e aplicativos de informática	34.452		(9.261)	112	25.303	
Locomotivas	477.845			26.494	504.339	
Vagões	324.439		(3.719)		320.720	
Outros ativos	15.675			32.423	48.098	
	<u>1.085.293</u>		<u>(19.645)</u>	<u>63.011</u>	<u>1.128.659</u>	
Terrenos	1.142				1.142	
Adiantamento a fornecedores de imobilizado	4.942		(205)		4.737	
Provisão para baixa de ativo	(1.176)	858			(318)	
	<u>4.908</u>	<u>858</u>	<u>(205)</u>		<u>5.561</u>	
	<u>1.090.201</u>	<u>858</u>	<u>(19.850)</u>	<u>63.011</u>	<u>1.134.220</u>	

(a) Os gastos com ativos imobilizado e intangível são inicialmente registrados como ativo intangível e posteriormente são feitas análises considerando a aplicação do referido ativo (bens próprios ou benfeitorias na concessão). Os ativos relacionados a bens próprios são transferidos para o ativo imobilizado.

(b)

Imobilizado - depreciação	Consolidado e Controladora				
	31/12/2014	Adições	Baixas	Transferências entre imobilizado e intangível	31/03/2015
Imóveis	(3.699)	(389)			(4.088)
Instalações auxiliares/sistemas operacionais	(1.348)	(24)			(1.370)
Equipamentos autônomos	(63.338)	(3.931)	4.958	16	(62.295)
Veículos	(4.915)	(551)	323		(5.143)
Bens administrativos/auxiliares	(6.306)	(413)	1.147		(5.572)
Equipamentos e aplicativos de informática	(24.622)	(923)	9.254		(16.291)
Locomotivas	(149.695)	(6.208)			(155.903)
Vagões	(69.676)	(3.554)	1.609		(71.621)
Outros Ativos	(3.187)	(4.359)			(7.546)
	(326.786)	(20.336)	17.293	(3.154)	(329.829)

Redução do valor recuperável de ativos (“*Impairment*”)

A Companhia avalia anualmente os eventos ou mudanças de circunstâncias que podem indicar se há evidências de perdas não recuperáveis (*impairment*), ou seja se o valor contábil de um ativo ultrapassa seu valor de uso.

O método do fluxo de caixa descontado foi utilizado para elaboração dos testes de *impairment*, adotando as seguintes premissas:

- a. Plano de Negócios até 2026;
- b. A partir de 2027, é considerada a renovação da concessão;
- c. A perpetuidade do fluxo de caixa foi considerada a partir de 2027;

A taxa de desconto aplicada no estudo de valoração da companhia foi obtida através do custo médio ponderado de capital.

3.14 - Intangível

	Consolidado e Controladora					
			31/03/15	31/12/14		
	Tempo estimado de vida útil remanescente	Taxa média anual de amortização	Custo histórico	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Direitos de concessão	11,5 anos	4,70%	43,169	(19.634)	23.535	24.047
Softwares adquiridos	5 anos	20,00%	10.942	(8.371)	2.571	2.332
			54.111	(28.005)	26.106	26.379
Benfeitorias em propriedades arrendadas						
Terrenos			15		15	15
Imóveis	11,5 anos	2,55%	204.553	(30.452)	174.101	171.726
Instalações auxiliares/sistemas operacionais	11,5 anos	5,00%	16.212	(3.857)	12.355	12.557
Equipamentos autônomos	5 a 11,5 anos	9,29%	13.192	(5.992)	7.200	6.979
Veículos	3 a 5 anos	23,38%	19	(19)		
Bens administrativos/auxiliares	10 anos	10,00%	3.368	(777)	2.591	2.675
Equipamentos e aplicativos de informática	5 anos	20,00%	6.527	(4.880)	1.647	1.988
Locomotivas	11,5 anos	7,56%	196.229	(118.074)	78.155	79.411
Vagões	11,5 anos	3,00%	142.884	(76.161)	66.723	66.507
Via permanente	10 a 11,5 anos	4,49%	2.615.650	(834.468)	1.781.182	1.804.129
Outros ativos	10 anos	10,00%	43		43	29.220
			3.198.692	(1.074.680)	2.124.012	2.175.207
Benfeitorias em curso			375.847		375.847	308.264
			3.628.650	(1.102.685)	2.525.965	2.509.850

As benfeitorias em propriedades arrendadas estão vinculadas ao contrato de arrendamento com a extinta RFFSA, sucedida pela União em 2007 conforme Lei 11.483.

O prazo de amortização das benfeitorias em instalações da via permanente arrendada foi limitado ao período de vigência do contrato de arrendamento.

A Companhia registrou o montante de R\$ 72.939, referente ao valor pago do direito de operação, sendo (i) R\$ 29.770 no ativo imobilizado, que são atribuíveis aos bens relacionados ao trecho transferido, e (ii) R\$ 43.169 no intangível como Direitos de Concessão, por se referir ao valor pago para operar o trecho denominado Malha Paulista (Nota 3).

O intangível em curso é originado dos investimentos correntes plurianuais da Companhia e investimentos de capital. A composição do intangível em curso pode ser demonstrada da seguinte forma:

	Consolidado e Controladora	
	31/03/2015	31/12/2014
Construção e ampliação de pátios e terminais	15.827	11.932
Aquisição e modernização de material rodante	21.631	45.200
Instalações administrativas e de apoio	8.172	8.451
Novas rotas - desenvolvimento e ampliação	4.046	4.048
Oficinas - aquisição de equipamentos e reformas	24.020	26.374
Requalificação e melhorias nos postos de abastecimento	8.060	6.671
Segurança, saúde, meio ambiente - Desenvolvimento sustentável	9.602	10.233
Trens turísticos - melhorias	996	2.180
Via permanente (infraestrutura e superestrutura)	277.857	187.055
Melhoria operação ferroviária	5.257	6.120
Equipamento de grande porte	379	
	375.847	308.264

O intangível no período findo em 31 de março de 2015 apresentava a seguinte movimentação:

	Consolidado e Controladora					
Intangível - custo	31/12/2014	Adições	Baixas	Transferências	Transferências entre imobilizado e intangível	31/03/2015
Direitos de concessão	43.169					43.169
Softwares adquiridos	10.545			397		10.942
	53.714			397		54.111
Benfeitorias em propriedades arrendadas						
Terrenos	15					15
Imóveis	200.875			3.719	(41)	204.553
Instalações auxiliares/sistemas operacionais	16.212			5	(5)	16.212
Equipamentos autônomos	14.082		(1.435)	2.766	(2.221)	13.192
Veículos	19					19
Bens administrativos/auxiliares	3.391		(23)	384	(384)	3.368
Equipamentos e aplicativos de informática	6.578		(51)	163	(163)	6.527
Locomotivas	197.710		(1.763)	27.644	(27.362)	196.229
Vagões	141.814		(655)	1.725		142.884
Via permanente	2.600.206		(1.767)	17.623	(412)	2.615.650
Outros Ativos	32.390			76	(32.423)	43
	3.213.292		(5.694)	54.105	(63.011)	3.198.692
Benfeitorias em curso	308.264	122.085		(54.502)		375.847
	3.575.270	122.085	(5.694)		(63.011)	3.628.650

Consolidado e Controladora

Intangível - amortização	31/12/2014	Adições	Baixas	Transferências entre		31/03/2015
				Imobilizado e	Intangível	
Direitos de concessão	(19.122)	(512)				(19.634)
Softwares adquiridos	(8.213)	(158)				(8.371)
Imóveis	(29.149)	(1.303)				(30.452)
Instalações auxiliares/sistemas operacionais	(3.655)	(202)				(3.857)
Equipamentos autônomos	(7.103)	(230)	1.341			(5.992)
Veículos	(19)					(19)
Bens administrativos/auxiliares	(716)	(84)	23			(777)
Equipamentos e aplicativos de informática	(4.590)	(326)	36			(4.880)
Locomotivas	(118.299)	(1.530)	1.755			(118.074)
Vagões	(75.307)	(1.212)	358			(76.161)
Via permanente	(796.077)	(38.514)	139		(16)	(834.468)
Outros Ativos	(3.170)				3.170	
	(1.065.420)	(44.071)	3.652		3.154	(1.102.685)

3.15 - Fornecedores

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
Fornecedores terceiros (a)	90.821	128.411	90.821	128.411
Fornecedores partes relacionadas	2.978	2.239	2.978	2.239
	93.799	130.650	93.799	130.650
(a) Fornecedores terceiros				
Mercado interno	88.137	126.556	88.137	126.556
Mercado externo	2.684	1.855	2.684	1.855
	90.821	128.411	90.821	128.411

3.16 - Obrigações fiscais

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
Circulante				
ICMS (Impostos s/ Circulação de Mercadorias e Serviços)	5.295	4.360	5.295	4.360
IRRF (Imposto de Renda Retido na Fonte)	4.955	4.584	4.955	4.584
PIS, COFINS	4.624	5.177	4.624	5.177
IOF (Imposto s/ Operações Financeiras)	80	80	80	80
ISS (Imposto s/ Serviços)	1.007	1.440	1.007	1.440
	15.961	15.641	15.961	15.641

3.17 - Obrigações sociais e trabalhistas

	Consolidado		Controladora	
	31/3/2015	31/12/2014	31/3/2015	31/12/2014
Salários e encargos	17.294	14.440	17.294	14.440
Provisão para férias e 13º Salário	19.826	17.775	19.826	17.775
Benefícios trabalhistas	4.343	7.444	4.343	7.444
Participação nos resultados	10.694	39.554	10.694	39.554
Outros	-	58	-	58
	52.157	79.271	52.157	79.271

3.18 - Arrendamentos e concessões a pagar

	<u>31/03/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Circulante		
FCA - Malha Centro Leste		
Concessão (a)	1.946	1.942
Arrendamento (b)	36.986	36.892
	<u>38.932</u>	<u>38.834</u>
FCA - FERROBAN/Malha Paulista		
Concessão (c)	158	155
Arrendamento (d)	2.994	2.943
	<u>3.152</u>	<u>3.098</u>
	<u>42.084</u>	<u>41.932</u>

(a) Concessão dos serviços de transporte ferroviário - Malha Centro-Leste

A concessão dos serviços de transporte ferroviário de carga foi estipulada pelo prazo de trinta anos, conforme contrato assinado em 28 de agosto de 1996 com a União, no montante histórico de R\$ 15.845, dos quais R\$ 3.169 foram pagos à vista. O saldo restante de R\$ 12.676 calculado, está sendo pago em 112 parcelas trimestrais de R\$ 470, corrigidas pela variação anual do IGP-DI calculado pela Fundação Getúlio Vargas. Até 31 de março de 2015, foram pagas 67 (sessenta e sete) parcelas, sendo a 67ª parcela paga no valor de R\$ 1.946.

(b) Arrendamento dos bens - Malha Centro-Leste

O arrendamento dos bens foi estipulado pelo prazo de trinta anos, de acordo com contrato firmado em 28 de agosto de 1996 com a União, no montante histórico de R\$292.421, dos quais R\$ 51.577 foram pagos antecipadamente. O saldo restante de R\$ 240.844 está sendo pago em 112 parcelas trimestrais de R\$ 8.935 corrigidas pela variação anual do IGP-DI calculado pela Fundação Getúlio Vargas. Até 31 de março de 2015, foram pagas 67 (sessenta e sete) parcelas, sendo a 67ª parcela paga no valor de R\$ 36.986.

(c) Concessão dos serviços de transporte ferroviário - Malha Paulista Arrendamento dos bens - FERROBAN - Malha Paulista

A concessão dos serviços de transporte ferroviário de carga e o arrendamento da malha paulista foram estipulados pelo prazo de trinta anos, conforme contrato assinado em 30 de dezembro de 1998, no montante histórico de R\$ 12.252, dos quais R\$ 2.917 foram pagos à vista. O saldo restante de R\$ 9.335 está sendo pago em 112 parcelas trimestrais de R\$ 347, corrigidas pela variação trimestral do IGP-DI calculado pela Fundação Getúlio Vargas. Sendo que a FCA participa apenas com 35,595% dessa obrigação, levando em consideração que a Companhia vem operando o trecho compreendido entre Araguari/MG e Boa Vista/SP. Até 31 de março de 2015, foram pagas 58 (cinquenta e oito) parcelas, sendo a 58ª parcela paga no valor de R\$ 473.

(d) Arrendamento dos bens - Malha Paulista

O arrendamento dos bens foi estipulado pelo prazo de trinta anos, de acordo com contrato firmado em 30 de dezembro de 1998 com a União, no montante histórico de R\$230.160, dos quais R\$ 52.793 foram pagos antecipadamente. O saldo restante de R\$ 177.367 está sendo pago em 112 parcelas trimestrais de R\$ 6.937 corrigidas pela variação trimestral do IGP-DI calculado pela Fundação Getúlio Vargas. Sendo que a FCA participa apenas com 35,595% dessa obrigação, levando em consideração que a Companhia vem operando o trecho compreendido entre Araguari/MG e Boa Vista/SP. Até 31 de março de 2015, foram pagas 58 (cinquenta e oito) parcelas, sendo a 58ª parcela paga no valor de R\$ 8.984.

3.19 - Provisões Operacionais

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
Seguro Responsabilidade Civil (a)		2.064		2.064
Seguro Risco Operacional (a)		10.941		10.941
Seguro Responsabilidade Civil Transp. Carga Ferroviária (a)	2.702	1.500	2.702	1.500
Provisão para franquia de seguro (b)	24.000	24.000	24.000	24.000
Provisão para perda de investimentos (c)			395	395
Outros operacionais	365	365	364	364
	27.067	38.870	27.461	39.264

a) Prêmio de seguros

Estes valores referem-se aos valores dos seguros contratados para coberturas de responsabilidade civil, operacional e de transportes de carga ferroviária.

b) Franquia de seguro operacional

Em 2013 a companhia registrou a provisão de franquia de seguros operacionais referente a acidentes ocorridos em sua malha ferroviária; os valores registrados são de R\$ 24.000 (vinte e quatro milhões de reais).

c) Investimentos

SL Serviços Logísticos Ltda. - A controlada está com as operações inativas. Em 31 de dezembro de 2006 o cálculo da equivalência patrimonial foi efetuado até o limite do saldo do investimento sendo constituída provisão para perda sobre o passivo a descoberto da controlada, que em 31 de março de 2015 (31 de dezembro de 2014 - R\$ 395) totalizava o montante de R\$ 395, registrado na rubrica "Outras provisões" no Passivo Circulante.

3.20 - Demais Contas a pagar

	Consolidado	
	31/03/2015	31/12/2014
Circulante		
Garantias contratuais	1.797	1.797
Outros passivos circulantes	3.564	3.076
	5.361	4.873
Não circulante		
Outros	926	1.192
	926	1.192
	6.287	6.065

3.21 - Adiantamentos para futuro aumento de capital - AFAC

Estes adiantamentos foram concedidos em caráter irrevogável e sem vencimento específico, sendo capitalizados à medida que são aprovados em assembleia geral dos acionistas e também com anuência da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT. A quantidade de ações emitidas em decorrência da capitalização dos AFACs é determinada no momento da aprovação do aumento de capital pelos acionistas, não sendo, portanto, fixadas no momento da concessão dos mesmos. Estes valores foram tratados como instrumento financeiro.

3.22 - Receitas diferidas

	Consolidado		Controladora	
	31/3/2015	31/12/2014	31/3/2015	31/12/2014
Circulante				
Passagem de fibra ótica (a)	317	317	317	317
Contrato de aluguel (b)	61.219		61.219	
Contrato de Opção de Reserva de Capacidade (c)	70.386		70.386	
	131.922	317	131.922	317
Não circulante				
Passagem de fibra ótica (a)	3.250	3.329	3.250	3.329
	3.250	3.329	3.250	3.329
	135.172	3.646	135.172	3.646

- (a) Refere-se à receita antecipada de aluguel da malha ferroviária da Companhia para passagem de fibra ótica de empresa de telecomunicação que está sendo apropriada mensalmente ao resultado pelo período total do contrato firmado com o cliente.
- (b) Refere-se à receita antecipada de aluguel de locomotivas e vagões conforme contrato celebrado entre a Companhia e a VLI Multimodal S.A. O contrato terá vigência de 14 anos e a Companhia receberá anualmente o valor de R\$ 67.698 ajustado pelo IGPM (Índice Geral de Preços Médios).
- (c) Refere-se ao Contrato de Opção de Reserva de Capacidade celebrado entre a Companhia e a VLI Multimodal S.A. Pelo contrato a Companhia será remunerada pela reserva de capacidade da Malha Centro-Leste no valor de R\$ 87.663 anuais, atualizados pelo IGP-M (Índice Geral de Preços Médios). A Companhia deverá ser avisada até o dia primeiro de maio de cada ano da intenção da VLI Multimodal S.A de exercer seus direitos contratuais.

3.23 - Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de março de 2015 o capital social está representado por 210.197.577.031.248 ações ordinárias e 66.665.012 ações preferenciais, todas nominativas. As ações preferenciais não têm direito a voto e gozarão de prioridade no recebimento do capital, sem prêmio, quando da liquidação da Companhia.

É facultado à Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, optar pelo regime escritural para a emissão, registro de propriedade e transferência de uma ou mais classes de ações. Neste caso, a contratação da escrituração e a guarda dos livros de registro e transferência de ações e a emissão de certificados só poderão ser efetuados com instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários a manter esse serviço. A instituição financeira depositária das ações ficará autorizada a cobrar do acionista o custo do serviço de transferência da propriedade das ações escriturais, observados os limites legais.

A Companhia, por deliberação da Assembléia Geral, poderá criar outras classes de ações, resgatáveis ou não, sem guardar proporção com as demais.

Acionistas	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Total de Ações	% Participação
VLI Multimodal S.A.	210.197.536.038.503	55.673.348	210.197.591.711.851	99,99998%
Outros - não controladores	40.992.745	10.991.664	51.984.409	0,00002%
Totais	210.197.577.031.248	66.665.012	210.197.643.696.260	100%

b) Reserva de lucros

Reserva legal - reserva que constitui uma exigência para todas as empresas brasileiras de capital aberto e representa a apropriação de 5% do lucro líquido anual apurado com base na legislação brasileira, até o limite de 20% do capital social.

c) Dividendos

Aos acionistas será assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido ajustado, nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76.

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, os dividendos são reconhecidos no final do exercício, ainda que os dividendos não tenham sido oficialmente declarados, o que ocorrerá no exercício seguinte.

d) Lucro (prejuízo) por ação

Básico e diluído

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuído aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias apuradas no período.

Não há qualquer efeito de diluição no cálculo do prejuízo por ação.

	Consolidado e Controladora	
	31/03/2015	31/12/2014
Cálculo da média ponderada		
(210.197.643.696.260 x 3//3)	210.197.643.696.260	210.197.643.696.260
Lucro líquido do período	(3.332)	(31.337)
Ações em 31 de março	210.197.643.696.260	210.197.643.696.260
Prejuízo básico e diluído por lote de milhão de ações R\$	(0,02)	(0,15)

3.24 - Receita dos serviços prestados

	Consolidado	Controladora e Consolidado
	31/03/2015	31/03/2014
Receita Bruta		
Receita de transporte ferroviário	326.894	297.588
Receita de utilização de pátios	851	426
Receita de estadia de vagões	2.065	2.290
Receita de aluguel de locomotivas	20.523	19.968
Receita de partilha de frete	29.170	25.362
Receita de serviços acessórios	39.228	35.272
	418.731	380.906
Impostos sobre serviços		
ICMS	(19.388)	(16.582)
PIS	(6.449)	(5.935)
COFINS	(29.705)	(27.337)
INSS Desoneração	(3.979)	(3.809)
	(59.521)	(53.663)
	359.210	327.243
Descontos		
Descontos concedidos	(2.735)	-
Receita líquida dos serviços vendidos	356.475	327.243

3.25 - Custos dos serviços prestados

Os custos dos serviços vendidos estão assim representados:

Custo dos serviços vendidos

	Controladora e Consolidado	
	31/03/2015	31/03/2014
Pessoal	(72.664)	(65.388)
Encargos sociais	(8.688)	(6.783)
Material	(19.056)	(18.918)
Combustíveis	(76.028)	(68.159)
Serviços contratados	(56.644)	(49.953)
Partilha de frete	(37.592)	(38.752)
Tributos	(1.789)	5.904
Outros	-	(2.695)
Depreciação e amortização	(59.299)	(60.212)
Despesas de arrendamento e concessão	(44.785)	(42.495)
	(376.545)	(347.451)

3.26 - Receitas (despesas) operacionais

a) Despesas com vendas

	Controladora e Consolidado	
	31/03/2015	31/03/2014
Pessoal	(32)	(20)
Encargos sociais	(3)	(2)
Serviços contratados	-	(1)
Outras	(2)	-
	(37)	(23)

b) Despesas gerais e administrativas

	Controladora e Consolidado	
	31/03/2015	31/03/2014
Pessoal	(544)	(1.063)
Encargos sociais	(34)	(50)
Combustíveis	(3)	(2)
Material	(4)	(2)
Serviços contratados	(107)	(901)
Tributos	(126)	(28)
Outras	(16)	(173)
Depreciação	(621)	(1.338)
	(1.455)	(3.557)

c) Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Controladora	
	31/03/2015	31/03/2014
Outras receitas operacionais		
Venda de materiais	2.260	3.877
Venda de ativos	5.375	200
Recuperação de despesas	784	658
Trem Turístico	1.106	1.053
Travessias	1.246	1.128
Multas contratuais	84	4.729
Aluguéis	212	654
Recuperação de despesas - RFFSA	773	5.839
Outros	(26)	181
	11.813	18.319

Outras despesas operacionais		
Tributárias	(488)	(985)
Baixa de Ativos	(1.098)	(1.549)
Estoques		(53)
Ajuste de estoque	(688)	(5)
Serviços Contratados	(2.103)	
Participação no resultado	(28)	(85)
Provisão Desvalorização de estoque	1	
Outros gastos c/pessoal	(82)	
Pesquisa e desenvolvimento	(83)	(419)
Multas contratuais	(600)	
Trem Turístico	(1.040)	(669)
Trem Turístico-depreciação	(714)	
Outras operacionais	(119)	(832)
Franquia de seguros sobre acidentes		(6.758)
Materiais, peças e componentes	(790)	
Processos Jurídico Judiciais	(5.840)	(11.774)
Indenizações	(891)	(3.419)
Estimativa de perda para crédito de liquidação duvidosa	3.682	(893)
Provisão para contingências	(1.068)	6.029
	(11.949)	(21.412)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(136)	(3.093)

3.27 - Resultado financeiro

	Controladora	
	31/03/2015	31/03/2014
Receitas financeiras		
Aplicação mercado financeiro	585	218
Juros, taxa e multas de mora	489	1.173
Outras receitas financeiras		155
	1.074	1.546
Despesas Financeiras		
Despesas com IOF	(31)	(40)
Despesa de carta de fiança		(500)
Encargos por atraso	(138)	(1.161)
Juros sobre adiantamentos de clientes		(30)
Juros, taxas e multas	(207)	(2.154)
Outras despesas financeiras	(1.177)	(15)
	(1.553)	(3.900)
Receitas(despesas) com variação monetária e cambial	8.148	(2.102)
	8.148	(2.102)
Resultado financeiro	7.669	(4.456)

3.28 - Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia efetua o reconhecimento do imposto diferido baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos, nos prejuízos fiscais apurados e na base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro, na medida em que foram consideradas prováveis suas realizações contra resultados tributáveis futuros.

O total dos créditos fiscais reconhecidos e dos não reconhecidos pode ser assim demonstrado:

	Consolidado e Controladora	
	31/03/2015	31/12/2014
Imposto de renda diferido		
Provisão para devedores duvidosos	5.817	6.737
Provisão para contingências	16.214	15.947
Outras provisões	7.185	19.396
Ajuste a valor presente de ativos financeiros	25.476	25.476
Prejuízo fiscal	93.048	72.319
	147.740	139.875
Contribuição social diferida		
Provisão para devedores duvidosos	2.095	2.426
Provisão para contingências	5.836	5.740
Outras provisões	2.586	6.982
Ajuste a valor presente de ativos financeiros	9.171	9.171
Base negativa	30.760	23.297
	50.448	47.616
Créditos fiscais do imposto de renda e contribuição social diferidos reconhecidos	198.188	187.491
Créditos fiscais do imposto de renda e contribuição social diferidos não reconhecidos		
Prejuízo fiscal para imposto de renda	372.193	289.275
Base negativa da contribuição social	341.765	258.847

Tributos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para ser utilizado, com base em projeções de resultados futuros, elaboradas e fundamentadas em premissas internas, em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. Tais premissas e projeções são fundamentadas no plano de negócios consolidado da controladora indireta VLI, devidamente aprovadas pelo Conselho de Administração.

A expectativa de realização dos créditos, relativo ao prejuízo fiscal, à base negativa da contribuição social, ocorrerá da seguinte forma:

	Consolidado e Controladora	
ANO	31/03/2015	31/12/2014
2015	21.110	19.971
2016	19.962	18.885
2017	30.697	29.040
2018	32.068	30.337
2019	31.450	29.753
2020 em diante	62.901	59.505
	198.188	187.491

Abaixo apresentamos a composição dos tributos diferidos reconhecidos:

	Consolidado e Controladora	
	31/03/2015	31/12/2014
Imposto de renda diferido		
Ajustes a valor presente de ativo financeiro	54.692	67.556
Prejuízo fiscal	93.048	72.319
	147.740	139.875
Contribuição social diferida		
Ajustes a valor presente de ativo financeiro	19.688	24.319
Base negativa	30.760	23.297
	50.448	47.616
Imposto de renda e Contribuição social diferidos	198.188	187.491

3.29 - Informação por segmento de negócios

Considerando que as atividades da Companhia apresentam características econômicas e financeiras similares e visando a adequada avaliação dos efeitos financeiros e dos ambientes econômicos e regulatórios onde atua, a administração da Companhia toma suas decisões e avalia regularmente o desempenho de seus produtos e serviços a partir do agrupamento de suas atividades em um único segmento.

A unificação dos segmentos foi validada com base nos seguintes aspectos:

- A geração de caixa de suas atividades é decorrente das atividades de prestação de serviços de transportes de cargas.
- A metodologia aplicada na prestação de serviços de transportes de cargas é idêntica para todos os clientes, independentemente da categoria.

3.30 - Previdência privada

Conforme previsto no Edital de Privatização, uma das obrigações da Companhia era implantar um plano de previdência privada em substituição ao plano da REFER - Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social.

A partir de outubro de 2000, foi implantado na Companhia o plano da VALIA - Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social, entidade jurídica sem fins lucrativos, instituída em 1973, tendo por finalidade suplementar benefícios previdenciários aos empregados da VALE e suas controladas e coligadas que participam ou venham a participar do plano.

A Companhia, sua controladora e diversas empresas do Grupo Vale são patrocinadoras da VALIA.

Plano de Benefício - FCA

Foi elaborado tendo por base os mais modernos conceitos no âmbito da Previdência Complementar de benefícios programáveis, que são do tipo contribuição definida desvinculados da concessão de benefícios da Previdência Social. Contempla também o Benefício Diferido por Desligamento (“*Vesting*”), que permite ao participante manter-se vinculado ao plano sem que sejam necessárias contribuições futuras, além dos chamados benefícios de risco (aposentadoria por invalidez e pensão por morte).

Outra vantagem prevista pelo plano é que este permite, em caso de desligamento da Fundação, a devolução da totalidade das contribuições do participante e até 80% das contribuições da patrocinadora, acrescidas da rentabilidade dos investimentos. Este plano foi implementado em outubro de 2000 e para ele migraram quase todos os empregados então ativos da Companhia. Em 31 de março de 2015, 4.854 empregados e vinculados contribuintes haviam aderido ao plano (31 de dezembro de 2014 - 4.760)

As contribuições da Companhia para o Plano de Benefícios FCA, são como segue:

- Contribuição ordinária - Destina-se à acumulação dos recursos necessários à concessão dos benefícios de renda, é idêntica à contribuição dos participantes e limita-se a 9% dos seus salários de participação, no que exceder a dez unidades de referência do plano.
- Contribuição extraordinária - Pode ser realizada a qualquer tempo, a critério das patrocinadoras.
- Contribuição normal - Para custeio do plano de risco e das despesas administrativas, fixadas pelo atuário quando da elaboração das avaliações atuariais.
- Contribuição Especial - Destinada a cobrir qualquer compromisso especial porventura existente.

As despesas reconhecidas relacionadas ao plano de contribuição definida no exercício findo em 31 de março de 2015 totalizaram R\$ 1.050 (31 de março de 2014 - R\$ 969).

A Companhia não registrou em seu balanço patrimonial nenhum ativo decorrente de avaliações atuariais anteriores, por não haver, claramente, evidência de probabilidade de sua realização.

A Companhia é participante e responsável pela cobertura proporcional de qualquer insuficiência nas reservas técnicas da Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social - VALIA. Não foram apuradas contribuições para formação de reservas técnicas a serem efetuadas pela Companhia nos períodos findos em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014.

Premissas atuariais e econômicas

Todos os cálculos atuariais envolvem projeções futuras acerca de alguns parâmetros, tais como: salários, juros, inflação, comportamento dos benefícios do INSS, mortalidade, invalidez, etc. Nenhum resultado atuarial pode ser analisado sem o conhecimento prévio do cenário de hipóteses utilizado na avaliação.

As premissas atuariais econômicas adotadas foram formuladas considerando-se o longo prazo previsto para sua maturação, devendo, por isso, serem analisadas sob essa ótica. Portanto, a curto prazo, elas podem não ser necessariamente realizadas.

As principais premissas utilizadas em 31 de março de 2015 são as mesmas de 31 de dezembro de 2014, até que seja feito um novo laudo atuarial no final do exercício de 2015.

3.31 - Gestão de riscos financeiros

Estimativa de valor justo

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros são determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas e não divergem significativamente dos saldos contábeis. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologias de estimativa poderiam causar um efeito diferente nos valores estimados de mercado.

Os principais instrumentos financeiros da Companhia em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014 eram caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, adiantamentos para futuro aumento de capital, fornecedores e partes relacionadas, cujos valores contábeis aproximavam-se dos correspondentes valores de realização.

Fatores de risco financeiro

As atividades da FCA a expõem aos riscos financeiros de mercado (incluindo o risco de preço e risco de taxa de juros de fluxo de caixa) risco de crédito e risco de liquidez.

A Companhia não contratou quaisquer operações com instrumentos financeiros derivativos em 31 de março de 2015 e em 31 de dezembro de 2014.

A gestão de risco é efetuada de forma centralizada no contexto do Grupo VLI.

a) Risco de Mercado

Risco de preço

Considerando a natureza dos negócios e operações da FCA, o principal fator de risco de mercado aos quais a Companhia está exposta são preços de produtos, insumos e outros custos.

O aumento dos custos de insumos, como por exemplo, o óleo diesel (principal insumo), levaria a um aumento do frete ferroviário, e poderia deixar os produtos agrícolas em desvantagem no mercado externo refletindo diretamente nos resultados da Companhia.

Risco cambial

Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem valores relacionados às importações de estoque e imobilizado.

Em 31 de março de 2015, a Companhia possuía passivos denominados em dólares norte-americanos no montante de R\$ 2.684 (31 de dezembro de 2014 - R\$ 1.855).

Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

Exceto pelo arrendamento e concessão a pagar (Nota 3.18), não há ativos ou passivos significativos com incidência de juros, o resultado e os fluxos de caixa operacionais da Companhia são, substancialmente, independentes das mudanças nas taxas de juros do mercado.

b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de depósitos e aplicações em instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber de clientes em aberto.

As atividades da Companhia compreendem a prestação de serviços de transporte ferroviário de carga geral. O principal fator de risco de crédito que afeta o negócio é a concessão de crédito aos clientes terceiros. Para minimizar as possíveis perdas com inadimplência, é adotada uma política de gestão rigorosa na concessão de crédito, consistindo em análises criteriosas do perfil dos clientes, bem como um sistema que permite o bloqueio automático de vendas a clientes acima do limite estabelecido e com atrasos nos pagamentos de suas faturas. Também deve ser destacado que a prestação de serviços, pelas características dos produtos transportados e dispersão de clientes, não apresentam concentrações relevantes, existindo natural diluição de riscos de realização de contas a receber de clientes terceiros com consequente minimização de perdas individuais.

Atualmente o maior cliente individual da Companhia é sua controladora direta VLI Multimodal.

Em 31 de março de 2015, a Companhia constituiu provisão para cobrir eventuais perdas com contas a receber no montante de R\$ 23.268 (31 de dezembro de 2014 - R\$ 29.950).

O valor limite para aplicações financeiras em cada instituição financeira será determinado em função do *rating* e patrimônio líquido. Os limites são definidos conforme política financeira consolidada do Grupo VLI, sendo conforme tabela abaixo:

Limite Máximo Consolidado - Brasil e Exterior

Rating Mínimo da Instituição de acordo com Agências S&P ou Fitch (1)	Patrimônio Líquido da instituição (2)	Disponível de Caixa (3)
brAA	10%	45%
brAA-	10%	30%
brA	5%	20%
brA-	5%	5%

- Os limites das colunas (2) e (3) devem ser atendidos simultaneamente.
- A coluna (3) indica o percentual máximo de concentração em única instituição financeira.

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez surge da possibilidade de não poder cumprir com as obrigações contratadas nas datas previstas e necessidades de caixa devido às restrições de liquidez do mercado.

O acompanhamento da política de gestão dos ativos e passivos financeiros da Companhia é feito sistematicamente pelo Conselho de Administração. A administração desses recursos é efetuada por meio de estratégias operacionais visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

A política envolve uma análise criteriosa das contrapartes da Companhia por meio da análise das demonstrações contábeis, patrimônio líquido e “*rating*” visando auxiliar a Companhia a manter a liquidez desejada, a definir nível de concentração de suas operações, a controlar grau de exposição aos riscos do mercado financeiro e a pulverizar o risco de liquidez.

Os passivos financeiros da Companhia em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014 estão classificados no passivo circulante e não circulante considerando os prazos de vencimento.

Instrumentos financeiros por categoria

Abaixo relacionamos os instrumentos financeiros por categoria em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014 correspondem:

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
Ativos				
Contas a receber	74.616	76.225	74.616	76.225
Partes relacionadas	512.828	331.174	512.828	331.174
Caixa e equivalentes de caixa				
Caixa e bancos	5.252	9.772	5.252	9.772
Aplicações financeiras	23.981	26.331	23.981	26.331
Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)			395	395
Contas a receber da RFFSA (União)	70.644	67.515	70.644	67.515
	687.321	511.017	687.321	511.412
Passivos				
Fornecedores	90.821	128.411	90.821	128.411
Partes relacionadas	2.978	2.239	2.978	2.239
Arrendamentos, Concessão e Subconcessão a pagar	42.084	41.932	42.084	41.932
Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)	2.636.893	2.433.893	2.636.893	2.433.893
	2.772.776	2.606.475	2.772.776	2.604.514

Gestão de capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A gestão de capital da Companhia é realizada no contexto do Grupo VLI. A origem de recursos se baseia em capital próprio, não havendo a captação de recursos de terceiros.

O passivo líquido de caixa e equivalentes de caixa, em relação ao patrimônio líquido no final do exercício é apresentado a seguir. O indicador atual demonstra que as atividades são mantidas preponderantemente com os recursos provenientes de seus acionistas.

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2014	31/12/2014	31/12/2014	31/12/2014
Total passivo	3.076.616	2.815.891	3.076.616	2.816.285
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(29.233)	(36.103)	(29.233)	(36.103)
	3.047.383	2.779.788	3.047.383	2.780.182
Patrimônio líquido	1.563.815	1.567.147	1.563.815	1.567.147
Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)	2.636.893	2.433.893	2.636.893	2.433.893
Total patrimônio líquido+ AFAC	4.200.708	4.001.040	4.200.708	4.001.040
	72,54%	69,48%	72,54%	69,49%

3.32 - Compromissos

Os gastos contratados, mas ainda não incorridos no contexto das demonstrações contábeis correspondem exclusivamente a compromissos assumidos pela Companhia referentes às concessões e arrendamentos da Malha Centro Leste e da Malha Paulista. Os compromissos assumidos podem ser resumidos conforme abaixo:

	Malha Centro Leste	Malha Paulista Ferroban
Quantidade de parcelas totais	112	112
Periodicidade de pagamento	Trimestral	Trimestral
Índice de atualização das parcelas	IGP-DI (FGV)	IGP-DI (FGV)
Quantidade de parcelas pagas até 31 de março de 2015	67	58
Valor da última parcela paga		
Concessão	1.946	473 (*)
Arrendamento	36.986	8.984 (*)

(*) Parcela de responsabilidade da FCA (35,595%)

4 - ADMINISTRAÇÃO - CONSELHEIROS E DIRETORES

Conselho de Administração

Marcello Magistrini Spinelli

Presidente

Pedro de Campos Azevedo

Marcos Antonio Laranja Pinto

Paulino Rodrigues de Moura

Diretoria

Marcello Magistrini Spinelli

Diretor-Presidente e de Relações com Investidores

Marcus Vinícius de Faria Penteado

Diretor Financeiro

Silvana Alcântara Oliveira de Souza

Diretora de Desenvolvimento de Negócios

Rodrigo Saba Ruggiero

Diretor Operacional

Fabiano Bodanezi Lorenzi

Diretor Comercial

Fabio Stewson de Souza

Contador - CRC-MG 45.913/O-6